

Observatório

DAS DINÂMICAS REGIONAIS DO NORTE

O CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO NA REGIÃO DO NORTE

EDIÇÃO 2009



CCDRn 
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

 **MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

 **União Europeia**
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

Ficha Técnica

Título

O Contexto Sócio-Económico na Região do Norte

Edição

Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte (Centro de Avaliação de Políticas e Estudos Regionais)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Coordenação Técnica e Editorial

Ana Teresa Lehmann

Rui Monteiro

Elaboração Técnica

Eduardo Pereira

Josefina Gomes

Vasco Leite

Edição 2009

www.ccdr-n.pt | geral@ccdr-n.pt

O CONTEXTO SÓCIO- ECONÓMICO NA REGIÃO DO NORTE

EDIÇÃO 2009

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRS – Imposto sobre o Rendimento dos Singulares

NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais

PIB – Produto Interno Bruto

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

SIPOCAL – Sistema de Informação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

UE27 – União Europeia a 27 Países

VAB – Valor Acrescentado Bruto

ÍNDICE

Nota Introdutória	9
1- Crescimento económico e convergência na Região do Norte	12
1.1- Crescimento económico	12
1.2- Trajectórias de convergência	14
2- Indicadores de investimento	18
2.1- Indicadores de investimento no sector da construção	18
2.2- Investimento em bens de equipamento	20
2.3- Investimento e endividamento dos municípios	22
3- Comércio internacional	28
4- Turismo	34
4.1- Análise da evolução da oferta	34
4.2- Análise da evolução da procura	35
5 – Especialização produtiva regional	39
6- Mercado de trabalho	46
7- Impostos municipais e IRS	56
8 – Síntese conclusiva e prospectiva	60

9 – Referências bibliográficas

62

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa de crescimento do produto interno bruto, em volume	12
Figura 2 – Decomposição do crescimento económico na Região do Norte: PIB, Emprego total e Produtividade (PIB/Emprego)	13
Figura 3 – PIB <i>per capita</i> da Região do Norte e de Portugal, face à média da União Europeia (UE27=100, de acordo com a paridade do poder de compra)	15
Figura 4 – Disparidades intrarregionais do PIB <i>per capita</i> (Portugal = 100)	15
Figura 5 – Número de Obras Licenciadas – Total (Variação % anual)	18
Figura 6 – Número de Obras Licenciadas – para Habitação familiar (Variação % anual)	19
Figura 7 – Índice Confidencial Imobiliário: preços de habitação (Variação % anual)	20
Figura 8 – Valores médios de Avaliação Bancária de Habitação – Total (Variação % anual)	20
Figura 9 – Importações de bens de capital no comércio intracomunitário da Região do Norte (Variação % anual)	21
Figura 10 – Investimento e Despesas de capital dos municípios, por unidades geográficas de referência do QREN (Variação % em 2008)	23
Figura 11 – Estrutura das despesas de capital dos municípios da Região do Norte em 2008	24
Figura 12 – Total de despesas de capital dos municípios da Região do Norte, por unidades geográficas de referência do QREN, em 2008 (Norte=100%)	24
Figura 13 – Endividamento municipal na Região do Norte, por unidades territoriais de referência do QREN: Variação % em 2008	25
Figura 14 – Total de endividamento dos municípios da Região do Norte, por unidades geográficas de referência do QREN, em 2008 (Norte=100%)	26
Figura 15 – Orientação exportadora, por NUTS II (Exportações/PIB)	28
Figura 16 – Grau de abertura, por NUTS II (Importações + Exportações) / PIB	29
Figura 17 – Dinâmicas observadas em 2008 no comércio internacional (Variação % anual)	29
Figura 18 – A Região do Norte como plataforma de internacionalização da economia portuguesa: importância relativa no total de exportações e de importações portuguesas	30
Figura 19 – Exportações: peso relativo face ao total nacional	31
Figura 20 – Importações: peso relativo face ao total nacional	31

Figura 21 – Exportações de empresas com sede na Região do Norte para os mercados intracomunitários e extracomunitários (em % do total)	32
Figura 22 – Variação anual no número de unidades de alojamento turístico colectivo.	34
Figura 23 – Variação anual das dormidas nas unidades de alojamento turístico colectivo.	35
Figura 24 – Variação anual dos proveitos nos estabelecimentos hoteleiros	36
Figura 25 – Actividade hoteleira na Região do Norte (Variação % anual)	37
Figura 26 – Estrutura (%) do VAB da Região do Norte, por ramos de actividade	40
Figura 27 – Estrutura do Emprego da Região do Norte por ramos de actividade	40
Figura 28 – Produtividade (VAB/Emprego) dos ramos de actividade em 2000 e 2008 (Valores em milhares de Euros).	41
Figura 29 – Estrutura (%) das exportações da Região do Norte para a União Europeia (por secções da Nomenclatura Combinada)	42
Figura 30 – Estrutura (%) das importações para a Região do Norte, da União Europeia (por secções da Nomenclatura Combinada)	43
Figura 31 – Proporção de bens de alta tecnologia no total das exportações	44
Figura 32 – Taxas de crescimento da população empregada	46
Figura 33 – Taxas de emprego (15-64 anos)	47
Figura 34 – Subemprego visível	48
Figura 35 – Taxas de crescimento da população desempregada	48
Figura 36 – Taxas de desemprego	49
Figura 37 – Taxas de desemprego na Região do Norte, por género	49
Figura 38 – Rendimento salarial médio mensal líquido dos Trabalhadores por Conta de Outrem (Norte face à média nacional, Portugal = 100%)	50
Figura 39 – Estrutura da população activa da Região do Norte, por nível de escolaridade completo, segundo o género	51
Figura 40 – Indicadores de abandono escolar: Região Norte e Portugal (ambos os sexos)	51
Figura 41 – Indicadores de abandono escolar na Região Norte, por género	52
Figura 42 – Desemprego Registado em % da População Residente 15-64 anos (média anual 2008) – Unidades Territoriais para efeitos do QREN	53

Figura 43 – Desemprego Registado em % da População Residente 15-64 anos (média anual 2008) – Unidades Territoriais para efeitos do QREN	54
Figura 44 – Desemprego Registado média anual 2008 – Unidades Territoriais para efeitos do QREN	54
Figura 45 – Taxa de Variação anual Rendimento Colectável em sede de IRS 2007	56
Figura 46 – Taxa de Variação anual IRS Líquido 2007	57
Figura 47 – IRS Líquido <i>per capita</i> 2007	57
Figura 48 – Crescimento percentual das Receitas Fiscais dos Municípios de 2008 face ao ano anterior – Unidades Territoriais para efeitos do QREN	58

NOTA INTRODUTÓRIA

O contexto sócio-económico onde operam as políticas públicas é importante numa dupla acepção: incorpora, pelo menos em parte, o(s) seu(s) resultado(s), por um lado, e condiciona-o(s), por outro. Isto é, as políticas públicas e os seus resultados têm uma tradução na melhoria das condições de contexto e, como é sabido, são mais ou menos pertinentes e reproduzem-se de uma ou de outra forma em função desse mesmo contexto. Assim, o diagnóstico e a monitorização das condições de contexto, para além do seu valor intrínseco, adquirem, aqui, uma dimensão claramente instrumental, enquanto metodologia para aferir, em qualquer momento, a “baseline” das políticas públicas e avaliar do seu impacto.

A importância deste tipo de análise no actual período de programação (2007-2013) é reconhecida pela Comissão Europeia (Artigos 29º e 47º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho), quando diferencia os exercícios de monitorização e avaliação entre os de natureza estratégica e os de natureza operacional. Essa importância traduz-se, ao nível do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), na diferença atribuída entre esses mesmos dois tipos monitorização e avaliação: a estratégica e a financeira e operacional. O exercício do primeiro tipo encontra-se especificamente cometido, a nível nacional, ao Observatório do QREN (Artigos 8º 14º do Decreto-lei nº 312/2007 de 17 de Setembro) e também, em cada uma das regiões NUTS II, aos Observatórios das Dinâmicas Regionais (Artigos 8º, 10º e 41º do Decreto-lei nº 312/2007 de 17 de Setembro). Deste modo, compete à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), através do seu Centro de Avaliação das Políticas Regionais (onde reside o Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte) efectuar essa monitorização estratégica e, em particular, desenvolver “iniciativas de análise e de reflexão estratégica sobre o desenvolvimento, social e territorial [na Região do Norte]”.

Com este documento, que agora se apresenta, pretende-se sintetizar o trabalho efectuado, neste âmbito, pelo Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte em 2009 e, especificamente, em dois momentos: em sede de elaboração de contributos para o

Relatório de Execução de 2008 do ON.2 – “O Novo Norte” (no final do primeiro semestre de 2009) e quando da análise das versões de trabalho do Relatório Anual do QREN de 2008 (no final do terceiro trimestre de 2009). Embora tendo sido desenvolvido inicialmente com base na informação disponível até ao final do primeiro semestre de 2009, a publicação, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), das Contas Regionais de 2008 em 16 de Dezembro de 2009, permitiu a sua actualização, passando a incorporar essa informação. Esta actualização, apesar de penalizante no que respeita à data da sua divulgação, tornou, sem dúvida, este documento mais oportuno e pertinente.

Numa primeira parte, este documento estuda a dinâmica de crescimento económico e convergência na Região do Norte. Numa segunda parte, é analisada a evolução de alguns indicadores do lado da procura, com especial ênfase para aqueles relacionados com o investimento e o comércio internacional. Posteriormente, este documento analisa questões relacionadas com a oferta, como é o caso da especialização produtiva, turismo e a dinâmica no mercado de trabalho. Na última parte deste trabalho, aborda-se a temática dos impostos municipais e o IRS liquidado na Região Norte e nas respectivas sub-regiões.

I. Crescimento Económico e Convergência na Região do Norte



I- CRESCIMENTO ECONÓMICO E CONVERGÊNCIA NA REGIÃO DO NORTE

I.1- CRESCIMENTO ECONÓMICO

Após ter conhecido uma recessão nos anos de 2002 e 2003, a economia da Região do Norte registou, nos anos subsequentes até 2007, uma progressiva aceleração do crescimento económico, chegando mesmo a registar crescimentos superiores à média nacional. Nos anos de 2005 e 2006, o crescimento do PIB da Região do Norte, em termos reais, superou a média nacional em apenas uma décima de ponto percentual. Em 2007, contudo, a Região do Norte, com um crescimento do PIB de 2,5% em volume, superou o crescimento económico nacional em seis décimas de ponto percentual, podendo dizer-se que, nesse ano, esta região NUTS II foi a principal responsável pela aceleração de crescimento económico que se observou a nível nacional¹. Ainda assim, o ritmo de crescimento económico da Região do Norte manteve-se inferior ao crescimento médio da União Europeia, situação que aliás se repete desde 2002.

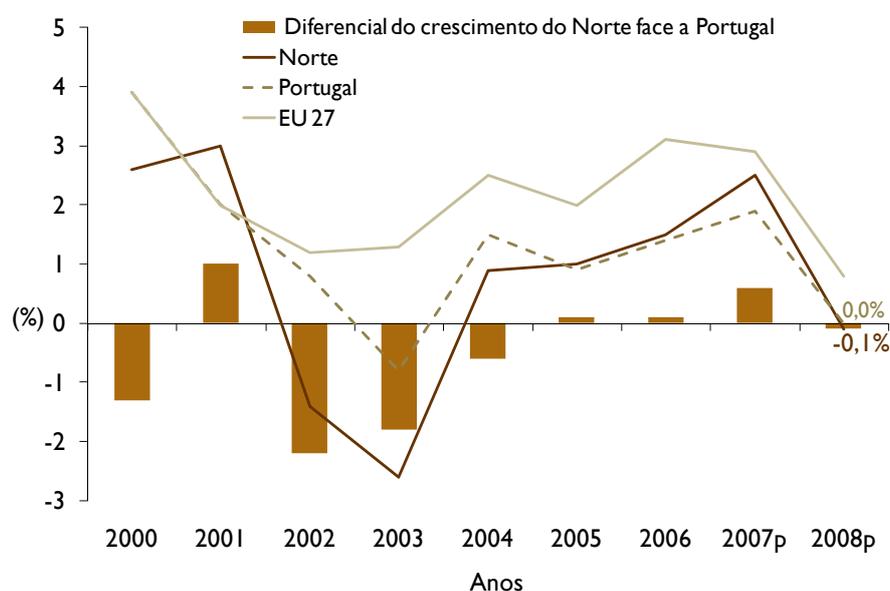


Figura I – Taxa de crescimento do produto interno bruto, em volume

Fonte: Contas Regionais, INE; Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares, INE; Eurostat.

Em 2008 inverteu-se a tendência de crescimento dos últimos anos na Região do Norte, com o PIB regional a decrescer cerca de uma décima de ponto percentual. Este fraco

¹ Deve ter-se presente que os resultados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística para as Contas Regionais relativos aos anos de 2007 e 2008 são ainda preliminares.

resultado económico revela-se numa fase de profundo abrandamento no crescimento económico da União Europeia, e em Portugal, o que terá reduzido os fluxos de comércio internacionais e inter-regionais, os quais são fulcrais para o crescimento económico de uma região tradicionalmente exportadora e especializada na produção de bens transaccionáveis. Em bom rigor, o fraco desempenho económico da Região do Norte foi acompanhado pela quebra nas exportações regionais em cerca de 4,5%, o que contrasta com um forte crescimento de cerca de 10% verificado no ano de 2007.

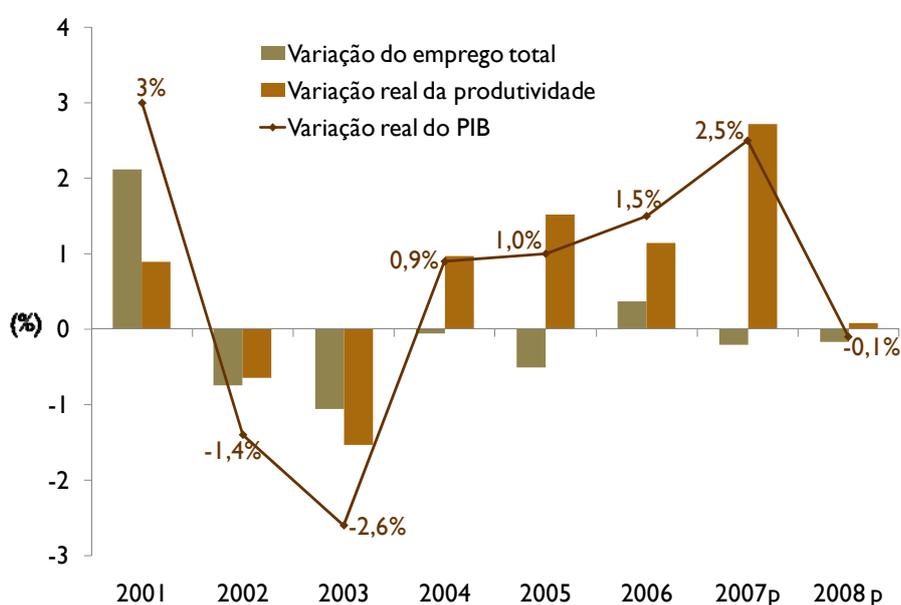


Figura 2 – Decomposição do crescimento económico na Região do Norte: PIB, Emprego total e Produtividade (PIB/Emprego)

Fonte: Contas Regionais, INE.

A decomposição do crescimento económico regional, em termos de emprego versus produtividade, evidencia um aspecto importante. Enquanto no momento imediatamente anterior à recessão de 2002-2003, o crescimento económico regional era impulsionado sobretudo por uma expansão importante do emprego (e complementado por ganhos de produtividade menos expressivos), nos anos mais recentes até 2007, pelo contrário, foram os ganhos de produtividade que impulsionaram o crescimento económico, pelo que pudemos assistir a crescimentos reais do PIB em paralelo com perdas no emprego.

Os dados já disponíveis para 2008, ainda provisórios, mostram que a queda no produto regional foi motivada pelo forte abrandamento na produtividade, pelo que se conclui,

que na última meia década, as variações no crescimento económico na Região do Norte foram essencialmente explicadas pelas variações reais na produtividade.

Esta alteração é importante. Ela significa que, após a recessão de 2002-2003, a economia regional, pressionada por uma envolvente externa crescentemente liberalizada e globalizada, acelerou o seu processo de modernização. A substituição de processos produtivos mais intensivos em mão-de-obra por outros mais intensivos em capital e em tecnologia; a recentragem dos modelos de negócio, privilegiando menos a componente produção e valorizando componentes como o marketing e o domínio dos circuitos de comercialização; a terciarização crescente da actividade económica; e a difusão dos processos de inovação, nos planos tecnológico e de gestão; são alguns aspectos daquele processo de modernização, que contribuem unanimemente para gerar mais valor acrescentado de forma mais eficiente, isto é: com maior produtividade.

Ao mesmo tempo que se reconhece que a economia regional tinha (e continua a ter) absoluta necessidade de trilhar este caminho de maior eficiência produtiva, importa também ter presente uma consequência fundamental deste processo. É que hoje, o crescimento económico não é necessariamente gerador de emprego no curto prazo, o que levanta problemas económicos e sociais muito sérios. Em todo o caso, é lógico pensar que um ciclo prolongado de crescimento económico não poderia deixar de ter impacto significativo no emprego, mesmo que esse impacto fosse diferido no tempo e mitigado face à dimensão do crescimento do produto. A actual conjuntura, porém, difere por completo desse cenário hipotético.

1.2– TRAJECTÓRIAS DE CONVERGÊNCIA

Entre 2001 e 2004, o PIB *per capita* da Região do Norte divergiu face à média europeia, tendo recuperado ligeiramente nos dois anos seguintes, e divergido novamente em 2007. Em 2008, o PIB *per capita* da Região do Norte voltou a convergir com a média europeia, e correspondia a cerca de 61% da média desse espaço económico, valor ainda abaixo do PIB *per capita* nacional face a média comunitária, que era de 76%.

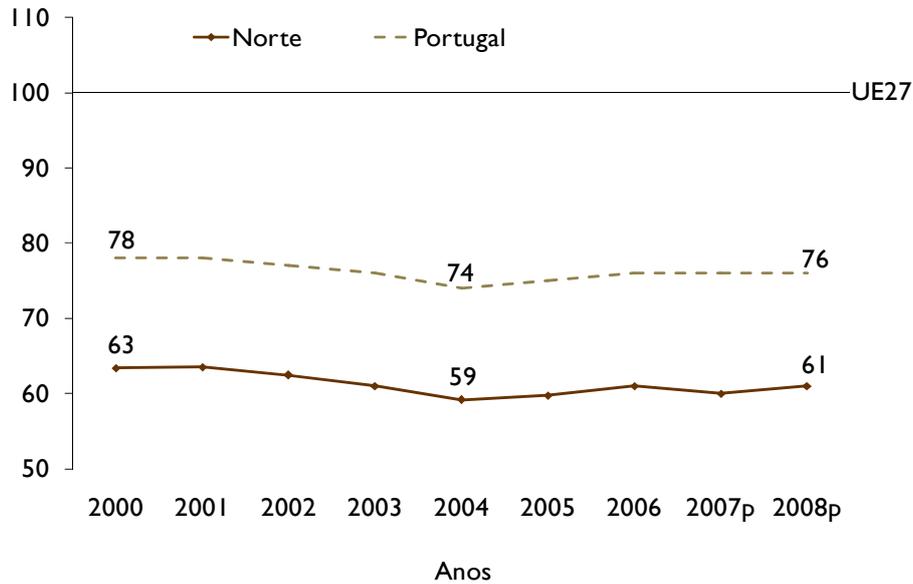


Figura 3 – PIB *per capita* da Região do Norte e de Portugal, face à média da União Europeia (UE27=100, de acordo com a paridade do poder de compra)
 Fonte: Contas Regionais, INE

Ao nível intrarregional, observam-se diferentes dinâmicas de convergência/divergência das sub-regiões de nível NUTS III. Após a recessão de 2003, o PIB *per capita* da Região do Norte tem-se mantido muito próximo de 80% da média nacional.

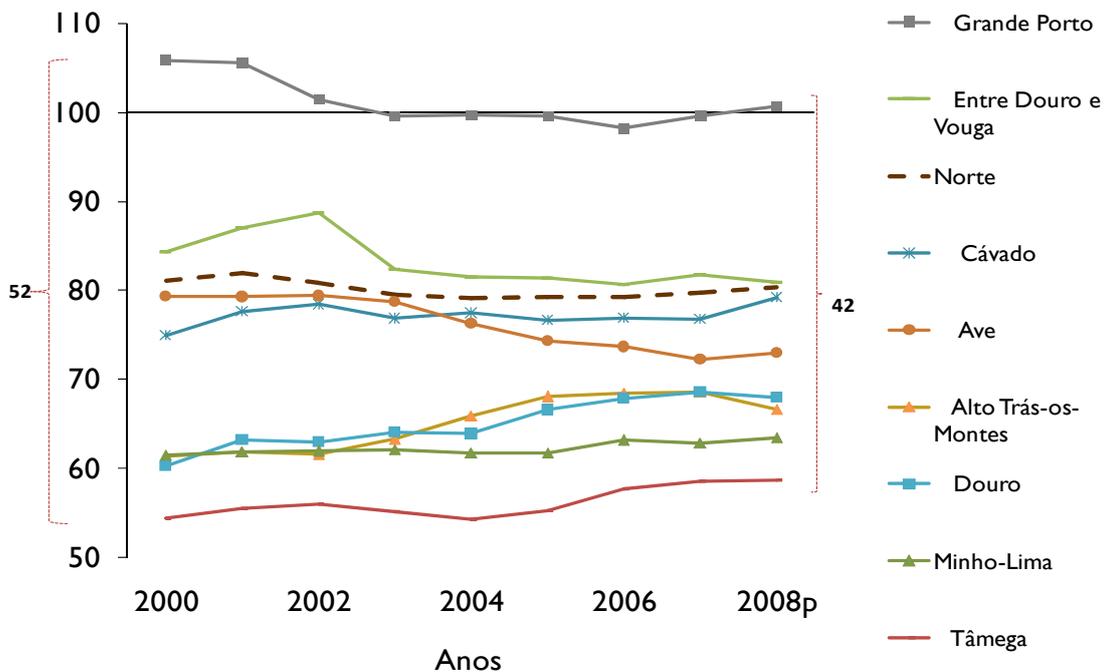


Figura 4 – Disparidades intrarregionais do PIB *per capita* (Portugal = 100)
 Fonte: Contas Regionais, INE

Nesse período, o Ave destaca-se por ser a única sub-região que tem seguido, de forma consistente, uma trajectória de divergência face à média nacional: o PIB *per capita* do Ave correspondia, em 2003, a cerca de 79% da média nacional, proporção que em 2008 se tinha reduzido para 73%. No sentido inverso, evoluíram as sub-regiões com menores níveis de PIB *per capita*, nomeadamente o Douro (de 64% da média nacional em 2003, para 68% em 2008), Alto Trás-os-Montes (de 63% para 67%), o Tâmega (de 55% para 59%) e, de modo menos acentuado, o Minho-Lima (de 62% para 63%). A trajectória de convergência seguida por estas sub-regiões (em particular, pelo Tâmega), veio reduzir a dispersão intrarregional dos níveis de PIB *per capita*, permitindo caracterizar os anos de 2003-2008 como um período de alguma redução das assimetrias intrarregionais, pelo menos no que se refere ao indicador de PIB *per capita*.

2. Indicadores de Investimento



2- INDICADORES DE INVESTIMENTO

Tendo assinalado a importância dos processos de modernização e de inovação, para a compreensão das características do crescimento económico na Região do Norte nos anos mais recentes, torna-se evidente a pertinência de procurar indicadores relativos ao investimento, que permitam começar a caracterizar o desempenho da economia regional em 2008. A actividade do sector da construção, a importação de bens de equipamento da UE e o investimento público da responsabilidade dos municípios, são as componentes do investimento em relação às quais podemos encontrar indicadores para 2008, na Região do Norte.

2.1- INDICADORES DE INVESTIMENTO NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

Uma parte importante do investimento reflecte-se no nível de actividade do sector da construção, justificando-se por isso um olhar sobre este sector.

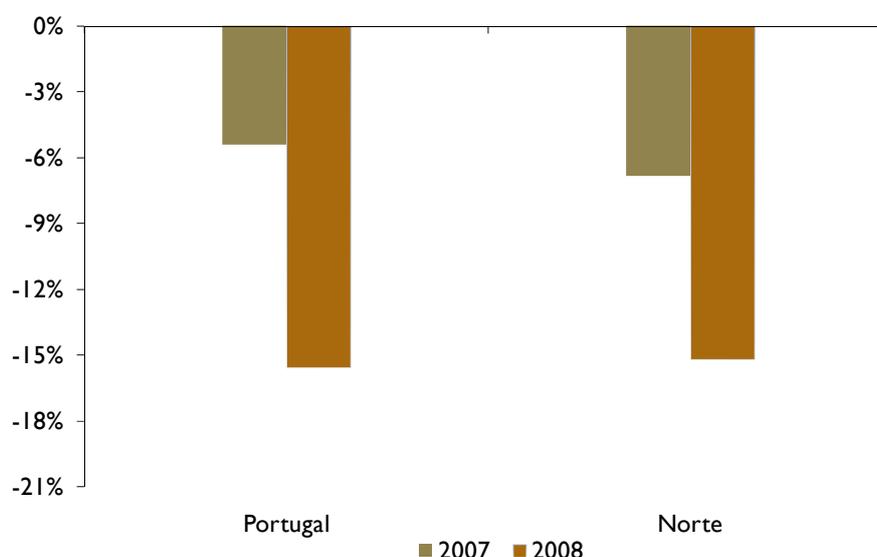


Figura 5 – Número de Obras Licenciadas – Total (Variação % anual)

Fonte: Construção e Habitação, INE

O emprego na construção na Região do Norte aumentou, em 2008, em cerca de 3,6%, compensando parcialmente a queda de 6,2% que fora registada em 2007. No entanto, o número de licenças de construção emitidas na Região do Norte registou em 2008 uma queda de cerca de 15% face ao ano anterior, valor que significa um claro agravamento da tendência negativa que já havia caracterizado 2007. No total de licenças concedidas, a

tendência regional foi, em 2008, muito semelhante ao observado a nível nacional, embora, no que se refere exclusivamente aos edifícios para habitação, a quebra observada na Região do Norte tenha sido menos acentuada do que a nível nacional.

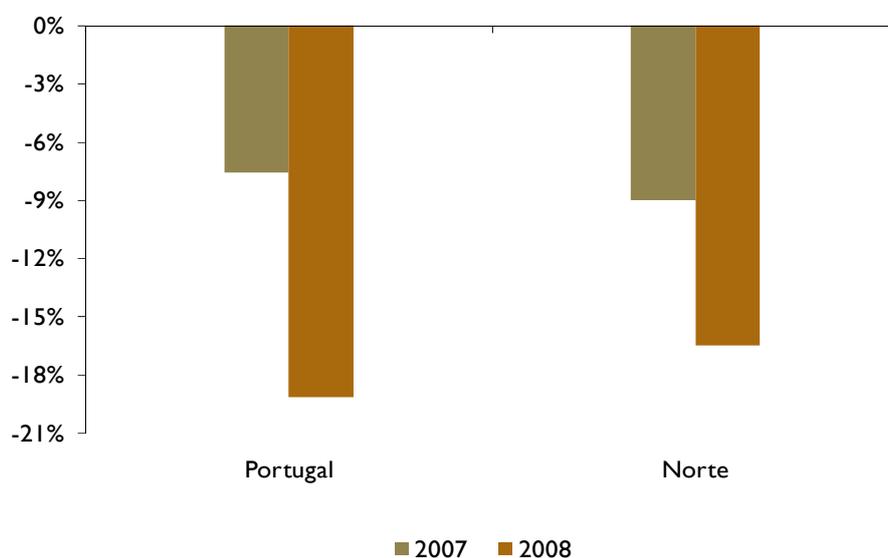


Figura 6 – Número de Obras Licenciadas – para Habitação familiar (Variação % anual)

Fonte: Construção e Habitação, INE

No que se refere aos preços da habitação, o índice “Confidencial Imobiliário” aponta para uma valorização média de 5,4% em 2008 na Região do Norte (abaixo dos 6,3% de valorização em 2007), contra apenas 3,9% ao nível do território do Continente. Na avaliação bancária de habitação, porém, os valores médios sofreram, em 2008, uma quebra de 4,0%, na Região do Norte. Aparentemente, esta quebra traduz mais um reposicionamento dos bancos no que se refere à assunção do risco de crédito à habitação, do que propriamente uma correcção dos preços da habitação. Nesse sentido, o crédito bancário hipotecário poderá estar a contribuir para que o ajustamento em baixa do mercado de compra e venda de habitação na Região do Norte se esteja a fazer mais pela quantidade, do que pela via do preço.

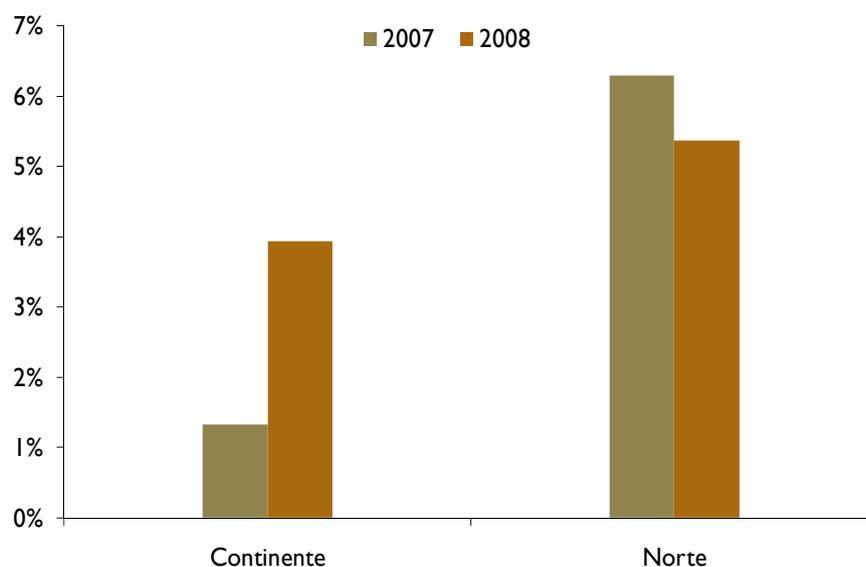


Figura 7 – Índice Confidencial Imobiliário: preços de habitação (Variação % anual)
 Fonte: Confidencial Imobiliário

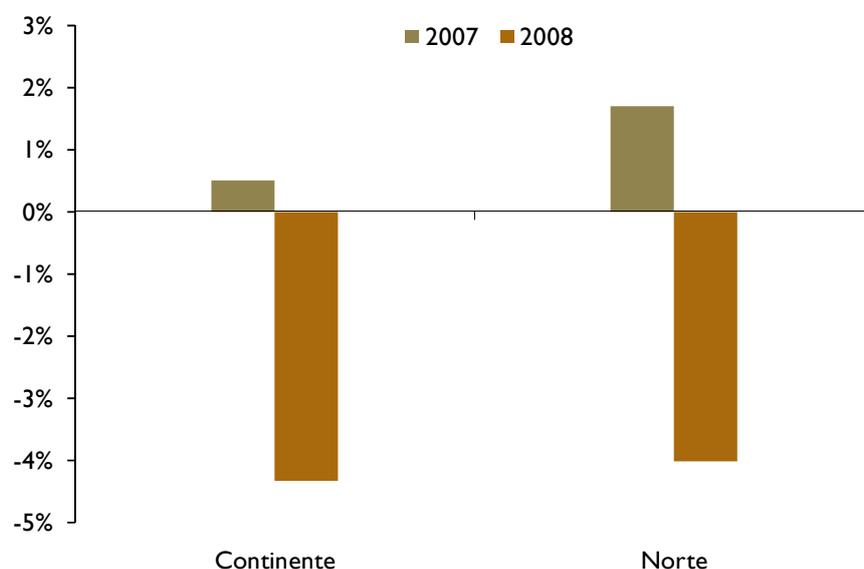


Figura 8 – Valores médios de Avaliação Bancária de Habitação – Total (Variação % anual)
 Fonte: Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, INE

2.2- INVESTIMENTO EM BENS DE EQUIPAMENTO

Do investimento em bens de equipamento, apenas se possuem registos, a nível regional, da componente que é importada da União Europeia com destino à Região do Norte. Assim, a importação de máquinas e outros bens de capital (excepto material de

transporte), provenientes da União Europeia com destino à Região do Norte, registou um decréscimo em 2008 (-1,5%, em valor), completando dois anos consecutivos com variação negativa. Também a importação de material de transporte da União Europeia com destino à Região do Norte verificou uma redução em 2008 (-4,7%), neste caso sucedendo a um crescimento muito expressivo em 2007.

Vale a pena notar que as quebras verificadas em 2008 na importação de máquinas e material de transporte com origem na União Europeia e destino à Região do Norte, contrastam com os crescimentos em valor observados no mesmo ano para o total (intra e extra-comunitário) das importações portuguesas do mesmo tipo de bens, nomeadamente: +3,3% nas máquinas e outros bens de capital, excepto material de transporte e +0,5% no material de transporte. Aparentemente, portanto, a importação de bens de equipamento destinados à Região do Norte, terá conhecido, em 2008, um dinamismo inferior ao registado para o total das importações portuguesas do mesmo tipo de bens.

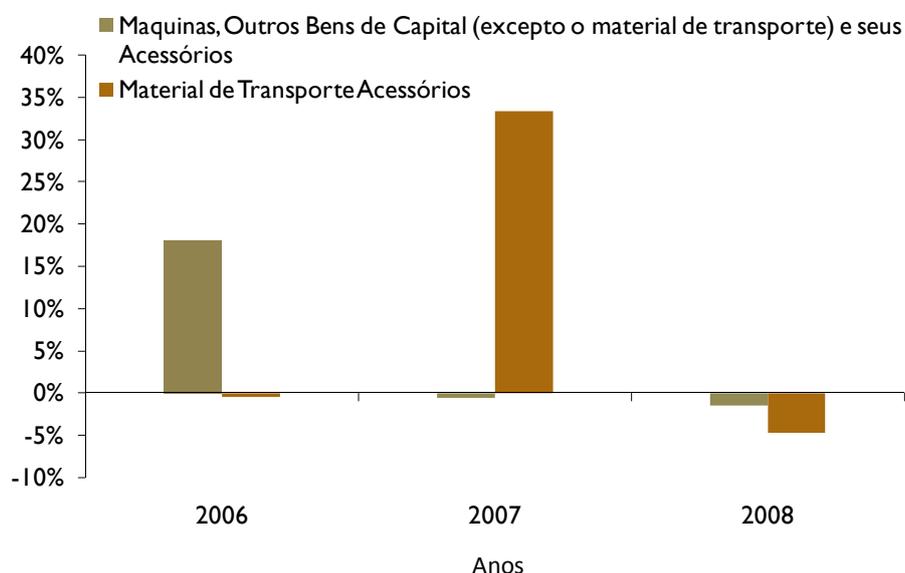


Figura 9 – Importações de bens de capital no comércio intracomunitário da Região do Norte (Variação % anual)

Fonte: Comércio Internacional, INE

2.3- INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS

O investimento realizado pelos municípios constitui uma parte importante do investimento público. A sua análise ganha aqui particular relevância, na medida em que uma parte significativa do ON.2 se destina a apoiar investimento público. Assim, a maior ou menor dinâmica de investimento por parte dos municípios acaba por se revelar um factor condicionante da execução do ON.2.

No total da Região do Norte, a aquisição de bens de capital por parte dos municípios registou, em 2008, uma variação praticamente nula (-0,4%) face ao ano anterior². Porém, uma desagregação pelas unidades territoriais de referência no âmbito do QREN (conforme se encontram definidas pelo DL n.º 68/2008 de 14 de Abril) evidencia dinâmicas profundamente distintas. Destaca-se, sobretudo, o crescimento dos investimentos feitos pelos municípios da unidade territorial Entre Douro e Vouga (+70,7%), bem como pelos da unidade territorial Douro (+15,3%). Também nas unidades territoriais do Minho-Lima, Ave e Tâmega se observaram variações positivas. Nas unidades territoriais do Cávado, do Grande Porto e de Alto Trás-os-Montes, pelo contrário, o valor dos bens de capital adquiridos pelos municípios em 2008 ficou aquém do valor de 2007.

Actualmente, uma parte importante – e crescente – das despesas de investimento suportadas pelos municípios não é realizada directamente por estes, mas sim por outras entidades, com destaque para as Juntas de Freguesia e para as empresas municipais. Para esse efeito, os municípios efectuem para essas entidades um conjunto significativo de transferências de capital.

² Os dados aqui apresentados sobre despesas de capital e sobre endividamento dos municípios, referem-se às Contas de Gerência das Câmaras Municipais e foram obtidos a partir da base de dados SIALnet, gerida pela Direcção Geral das Autarquias Locais, tendo sido extraídos a 14 de Maio de 2009.

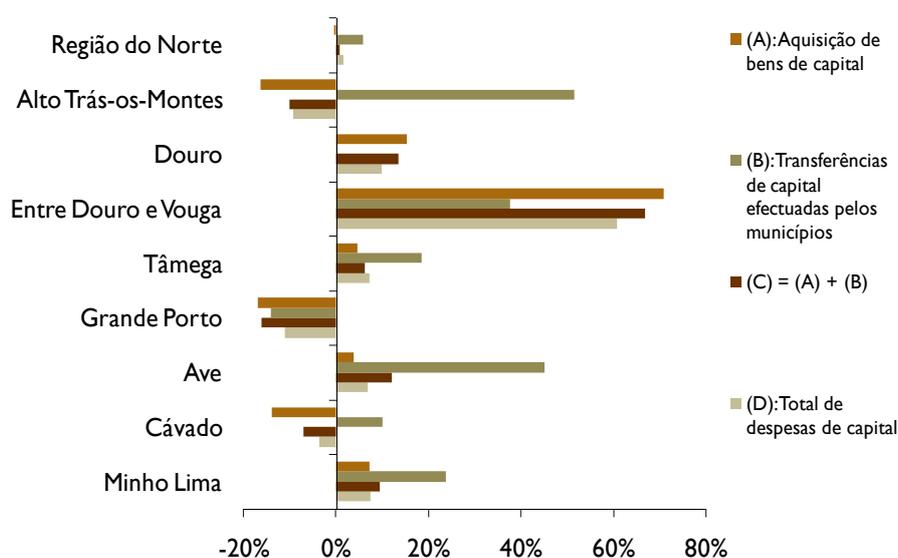


Figura 10 – Investimento e Despesas de capital dos municípios, por unidades geográficas de referência do QREN (Variação % em 2008)

Fonte: SIPOCAL, Direcção Geral das Autarquias Locais.

As transferências de capital efectuadas pelos municípios da Região do Norte em 2008 apresentam um crescimento de 5,7% face ao ano anterior. De entre as unidades territoriais de referência no âmbito do QREN, apenas o Grande Porto diminuiu, em 2008, o volume das transferências de capital suportadas pelos municípios, enquanto no Douro se registou uma variação praticamente nula e nas restantes unidades territoriais ocorreram crescimentos acentuados.

Considerando globalmente a aquisição de bens de capital por parte dos municípios e as transferências de capital realizadas, observa-se, para o total da Região do Norte, um crescimento de 0,8% em 2008, com variações positivas nas unidades territoriais do Entre Douro e Vouga, Douro, Ave, Minho-Lima e Tâmega; e com variações negativas nas restantes.

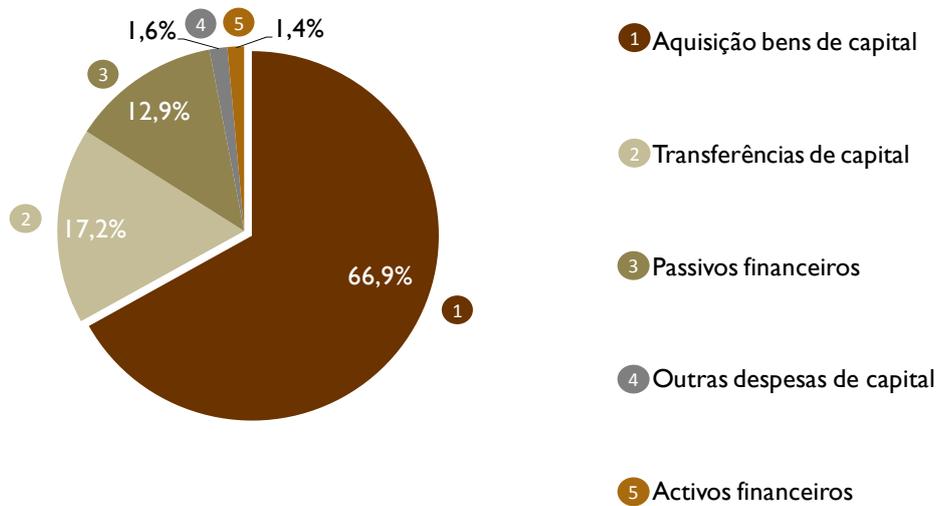


Figura 11 – Estrutura das despesas de capital dos municípios da Região do Norte em 2008
 Fonte: SIPOCAL, Direcção Geral das Autarquias Locais.

Para além das componentes já referidas, as despesas de capital dos municípios englobam ainda despesas com passivos financeiros (nomeadamente, a amortização de empréstimos) e, com um peso bem menos significativo, as despesas com a aquisição de activos financeiros e ainda um conjunto residual de outras despesas de capital.

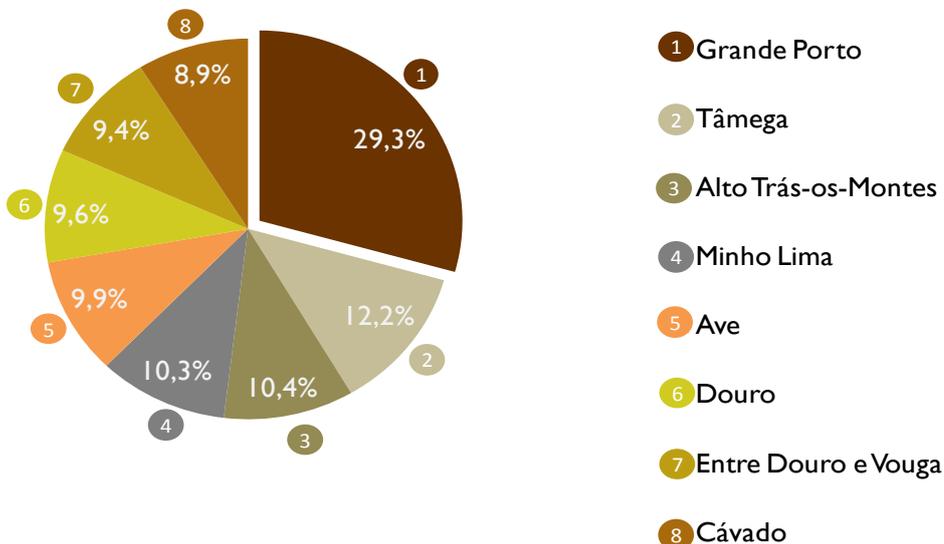


Figura 12 – Total de despesas de capital dos municípios da Região do Norte, por unidades geográficas de referência do QREN, em 2008 (Norte=100%)
 Fonte: SIPOCAL, Direcção Geral das Autarquias Locais.

Cerca de 29% das despesas de capital dos municípios da Região do Norte foram, em 2008, suportadas pelos municípios da unidade territorial Grande Porto, enquanto cada

uma das restantes unidades territoriais responde por 9% a 12% do total, aproximadamente.

No total, as despesas de capital dos municípios da Região do Norte, em 2008, cresceram 1,5% face ao ano anterior. Este resultado quase duplica o crescimento observado antes da consideração dos movimentos financeiros, evidenciando sobretudo a importância crescente das despesas de capital com os passivos financeiros.

O endividamento municipal – do qual os empréstimos (passivos financeiros) representavam, no conjunto dos municípios da Região do Norte, cerca de 64% no final de 2008 – é uma outra forma de avaliar as limitações financeiras dos municípios da Região do Norte, condicionando também a sua capacidade de realização de investimento.

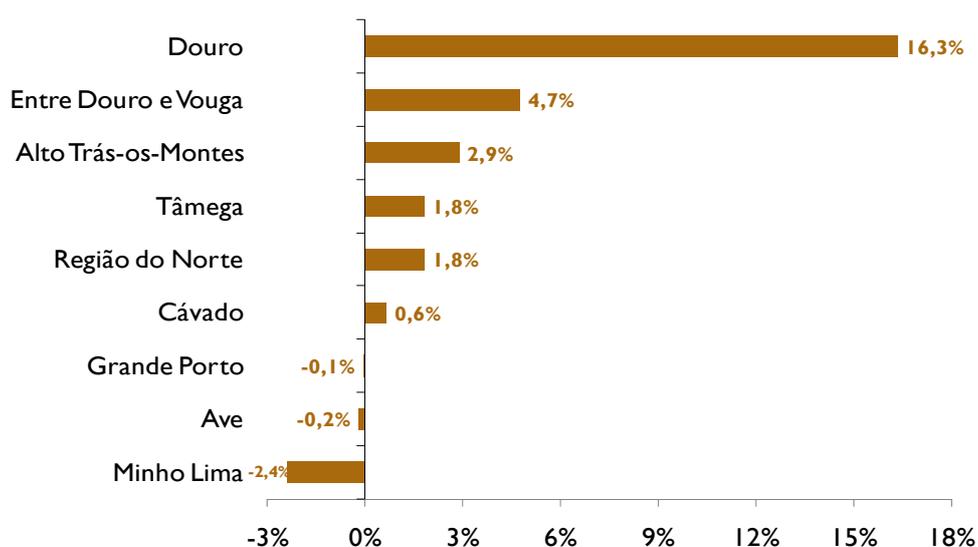


Figura 13 – Endividamento municipal na Região do Norte, por unidades territoriais de referência do QREN: Variação % em 2008

Fonte: SIPOCAL, Direcção Geral das Autarquias Locais.

Em 2008, o endividamento global dos municípios da Região do Norte aumentou 1,8% face ao ano anterior, destacando-se sobretudo o crescimento do endividamento dos municípios da unidade territorial do Douro (+16,3%). Os municípios do Minho-Lima, globalmente considerados, observaram uma diminuição do respectivo endividamento (cerca de -2,4%), enquanto no Ave e no Grande Porto (e mesmo no Cávado) o endividamento municipal global se manteve praticamente inalterado.

Cerca de 42% da dívida global dos municípios da Região do Norte era, no final de 2008, da responsabilidade dos municípios da unidade territorial do Grande Porto. Em termos *per capita*, porém, o maior nível de endividamento era observado nos municípios do Douro e de Alto Trás-os-Montes, atingindo cerca de 800 €. Para o total da Região do Norte, no final de 2008, o endividamento municipal atingia 566 € *per capita*.

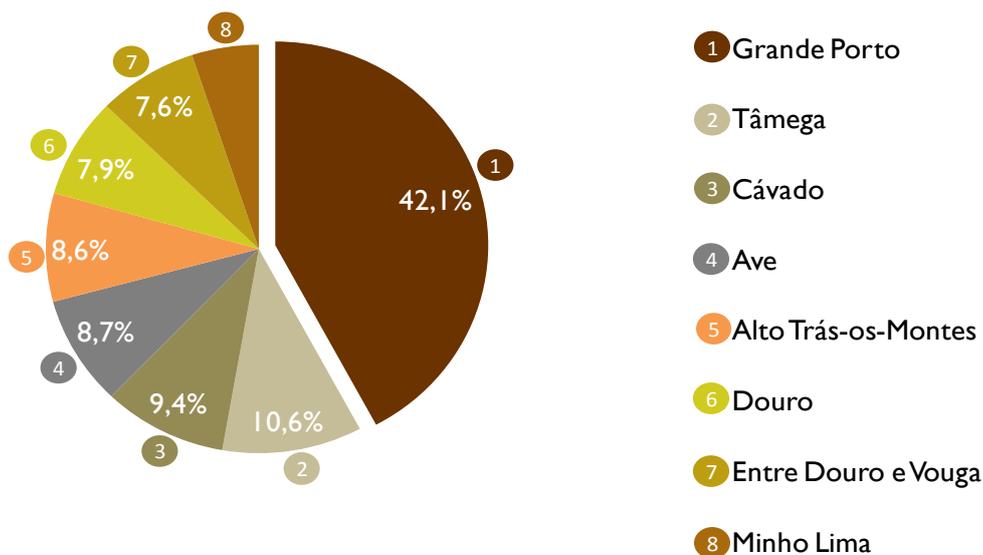


Figura 14 – Total de endividamento dos municípios da Região do Norte, por unidades geográficas de referência do QREN, em 2008 (Norte=100%)

Fonte: SIPOCAL, Direcção Geral das Autarquias Locais.

3. Comércio Internacional



3- COMÉRCIO INTERNACIONAL

Ao longo dos anos, a Região do Norte mantém-se como a região portuguesa com maior orientação exportadora, tendo mesmo reforçado essa característica em 2006 e 2007, período que coincidiu com a aceleração no crescimento económico regional. Em 2008, contudo, esta tendência foi invertida e o peso das exportações de empresas com sede na Região do Norte no PIB regional foi de 30,5%, valor que contrasta com o apurado no ano precedente, e que foi de 32,8%. Já a nível nacional, as exportações representavam em 2008, 22,8% do PIB.

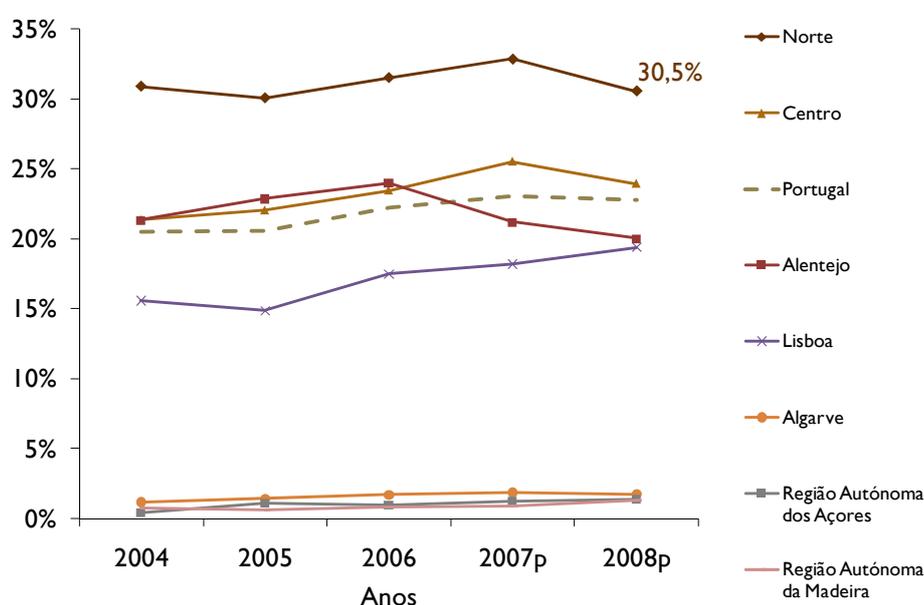


Figura 15 – Orientação exportadora, por NUTS II (Exportações/PIB)

Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional de bens, INE e Contas Económicas Regionais, INE.

Considerando conjuntamente o peso relativo, no PIB, das exportações e das importações da responsabilidade das empresas com sede na Região do Norte, constatamos que em 2008, o grau de abertura da economia regional foi inferior à média nacional, interrompendo assim, o ritmo de crescimento verificado nos anos anteriores. Sendo a economia da Região do Norte caracterizada por um aparelho produtivo mais fortemente orientado para as exportações, a conjuntura sentida em 2008, assinalada por uma forte moderação no comércio internacional, provocou uma redução nas exportações e nas importações em 4,5% e 1,9%, respectivamente, o que se reflectiu também, num menor grau de abertura (58,5%). Em sentido contrário, o grau de abertura da média nacional

sofreu um crescimento pelas piores razões, pois enquanto as exportações tiveram um crescimento muito ténue de 1,0%, as importações aumentaram significativamente em cerca de 7,2%, em 2008. Para este resultado, em muito contribuiu a habitual dinâmica de importações das empresas com sede na Região de Lisboa, que faz com que o grau de abertura da região da capital seja o mais elevado (78,1%).

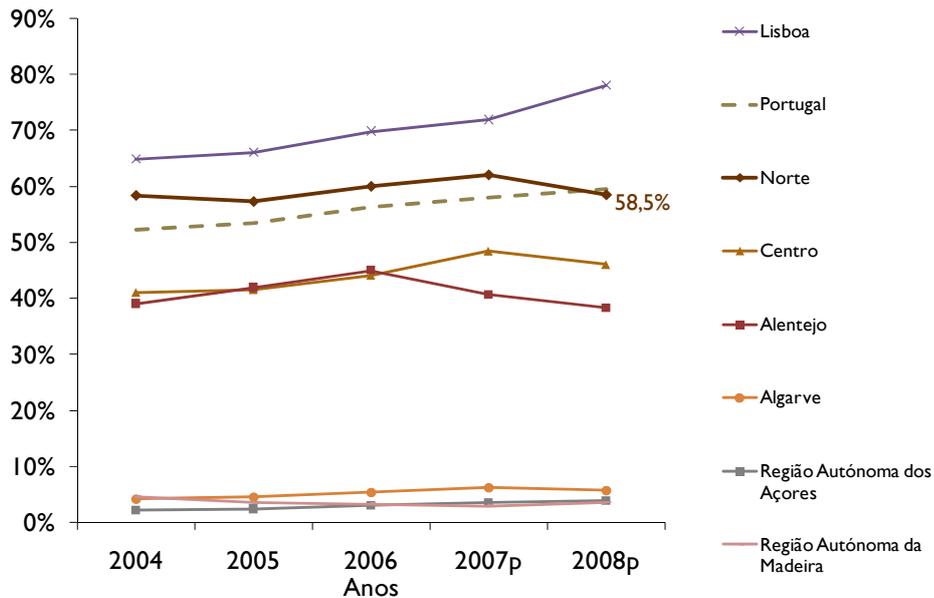


Figura 16 – Grau de abertura, por NUTS II (Importações + Exportações) / PIB

Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional de bens, INE e Contas Económicas Regionais, INE.

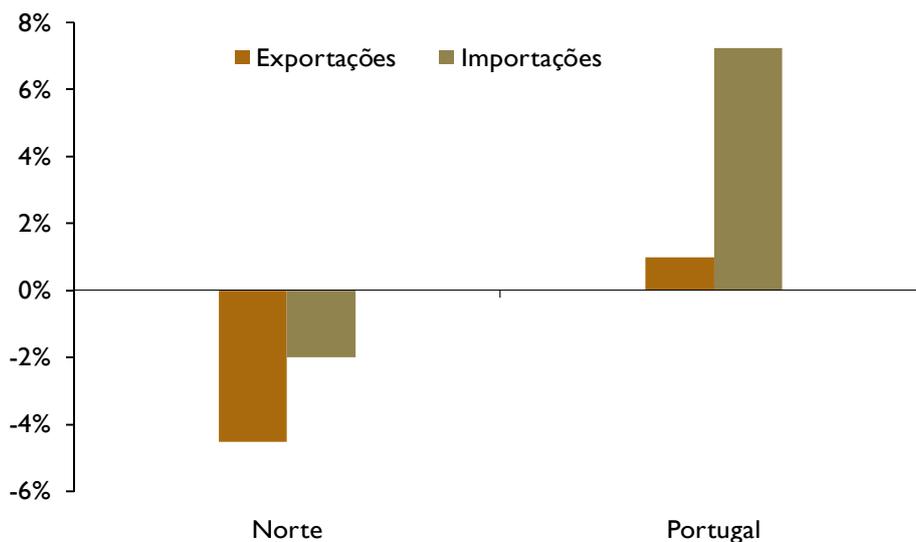


Figura 17 – Dinâmicas observadas em 2008 no comércio internacional (Variação % anual)

Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional de bens, INE

Em todo o caso, a importância da Região do Norte enquanto plataforma de internacionalização da economia portuguesa tem vindo a diminuir, pelo menos no que se refere aos fluxos de comércio internacional. De facto, entre 2004 e 2008, a participação das empresas com sede na Região do Norte no total das exportações portuguesas reduziu-se de 42,2% para 37,9%. Também do lado das importações, e mantendo a sede de empresa como critério de afectação regional, se observa uma perda de importância da Região do Norte, que em 2004 efectuava 24,3% das importações nacionais e em 2008 apenas 21,5%.

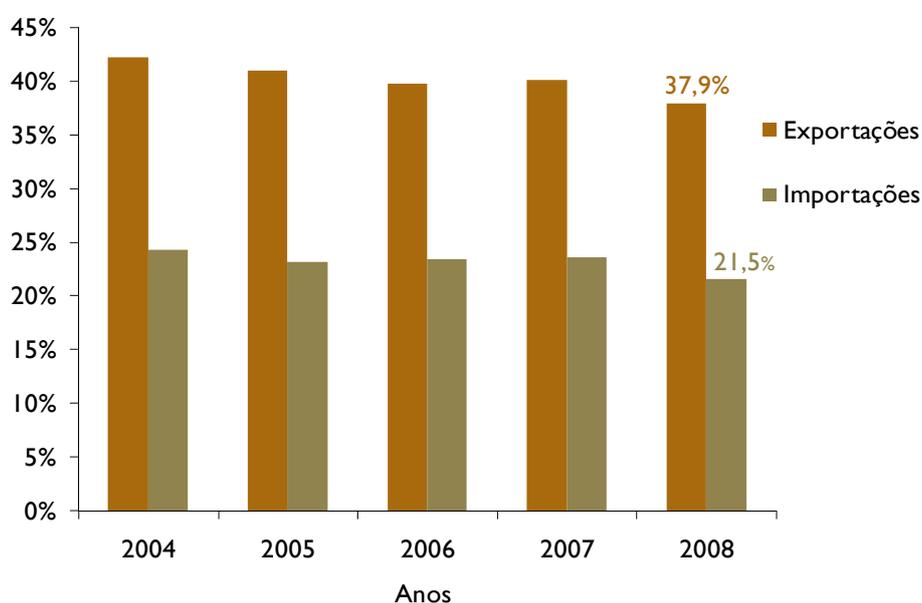


Figura 18 – A Região do Norte como plataforma de internacionalização da economia portuguesa: importância relativa no total de exportações e de importações portuguesas

Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional de bens, INE.

Por NUTS III, observa-se que o sector exportador da Região do Norte se localiza sobretudo no Grande Porto, no Ave e no Entre Douro e Vouga. No que se refere às importações, é absolutamente evidente o predomínio do Grande Porto.

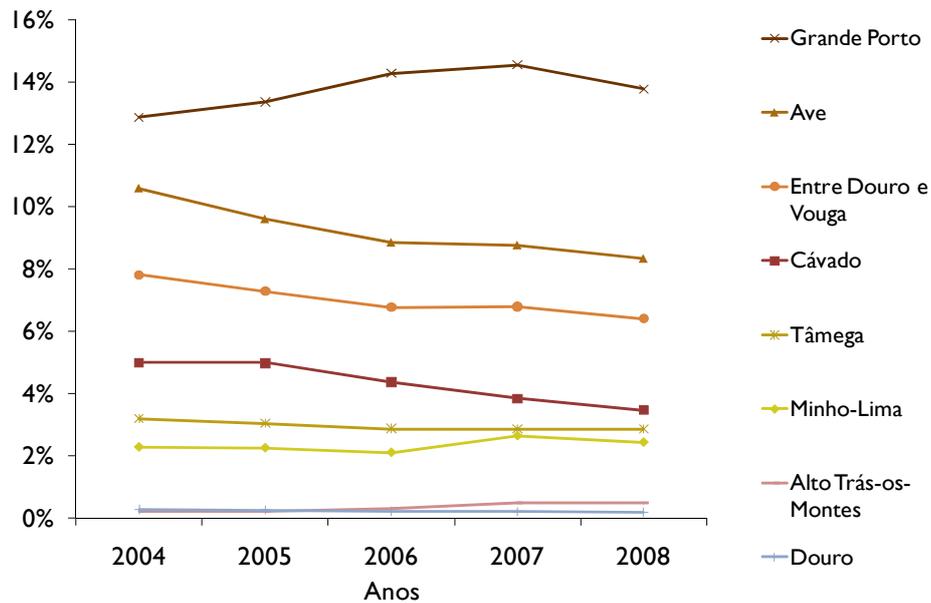


Figura 19 – Exportações: peso relativo face ao total nacional
 Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional de bens, INE

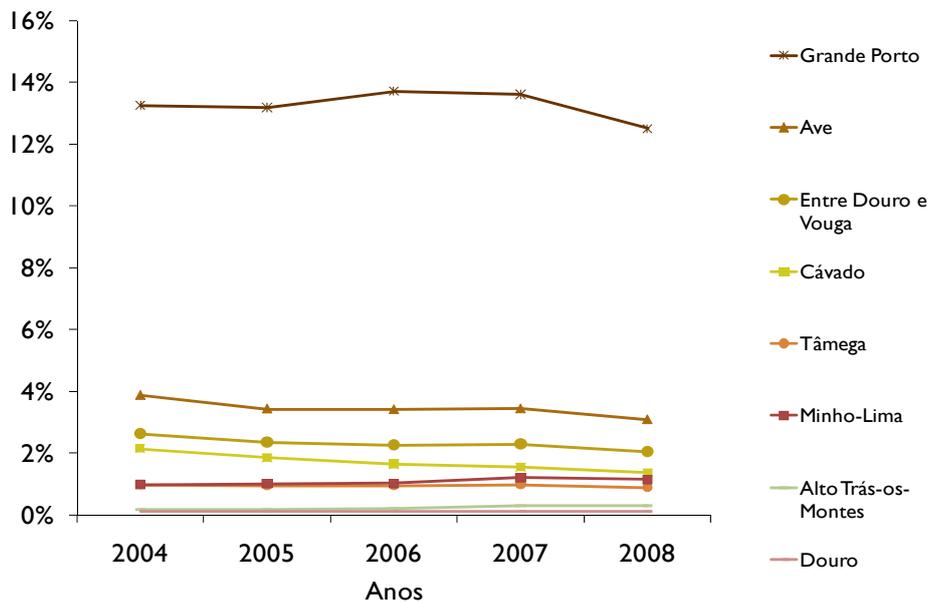


Figura 20 – Importações: peso relativo face ao total nacional
 Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional de bens, INE.

Importa ainda relevar que os mercados extracomunitários têm uma importância crescente para o sector exportador da Região do Norte, absorvendo já, em 2008, mais do que um quarto das exportações de empresas com sede na Região do Norte.

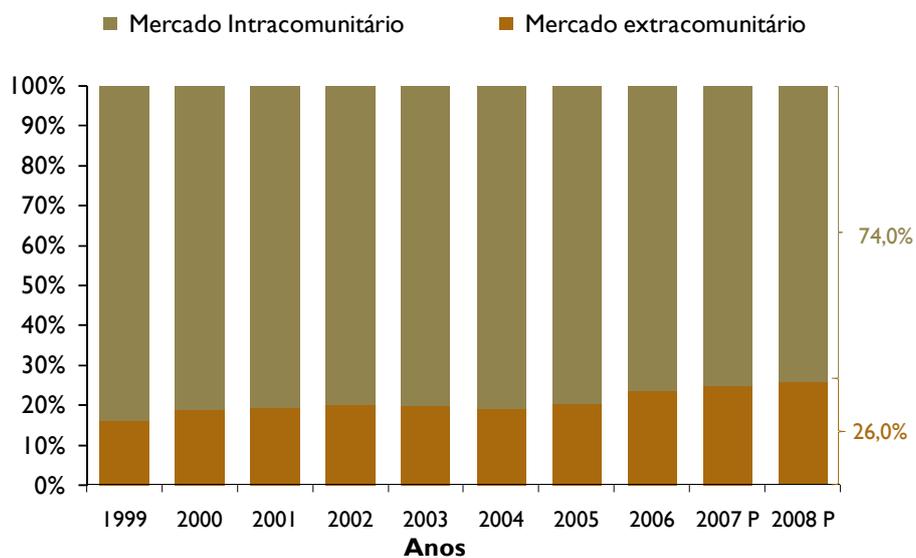


Figura 21 – Exportações de empresas com sede na Região do Norte para os mercados intracomunitários e extracomunitários (em % do total)

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Norte, INE.

4. Turismo



4- TURISMO

Enquanto a evolução e a caracterização do turismo na Região do Norte foram exaustivamente analisadas em Lopes *et al.* (2009), neste documento cingimo-nos a uma simples análise da evolução da oferta e da procura turística na Região do Norte.

4.1- ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA OFERTA

O desempenho da Região do Norte tem vindo a acompanhar o registado a nível nacional, no que diz respeito ao crescimento do número de unidades de alojamento turístico colectivo. A taxa de crescimento anual do número de unidades de alojamento turístico colectivo tem sido, regra geral, ligeiramente superior no Norte do que na média nacional. Dos anos em análise, destaca-se pela positiva, o de 2005, por ser aquele em se que registou a maior taxa de crescimento, provavelmente como resultado, ainda, dos investimentos promocionais (materiais e imateriais) realizados a propósito do Campeonato Europeu de Futebol que se realizou em Portugal no ano de 2004 (EURO 2004). Pela positiva, ainda destacam-se os anos imediatamente seguintes a 2006, os quais correspondem a um período de aceleração no crescimento da oferta turística.

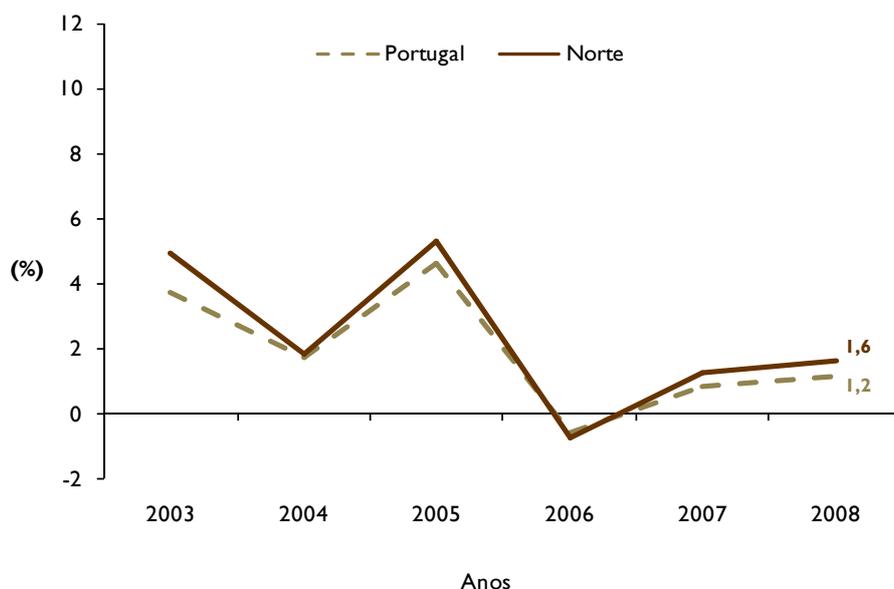


Figura 22 – Variação anual no número de unidades de alojamento turístico colectivo.
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

4.2- ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA PROCURA

Após dois anos sucessivos, nos quais o número de dormidas nas unidades de alojamento turístico colectivo sofreu uma diminuição, a Região do Norte registou, um crescimento positivo no período de 2005 até 2007. Já o comportamento da procura verificado no ano 2008 terá reflectido as consequências da crise económica e financeira mundial, com reflexos nos principais mercados emissores de turistas para Portugal (Espanha, Alemanha e Reino Unido; no caso do Reino Unido, com a agravante de a Libra se ter desvalorizado face ao Euro cerca de 21% nos últimos dois anos). Assim, esta crise, que se traduziu já em quebras significativas de rendimento, não deixou de se fazer sentir neste sector.

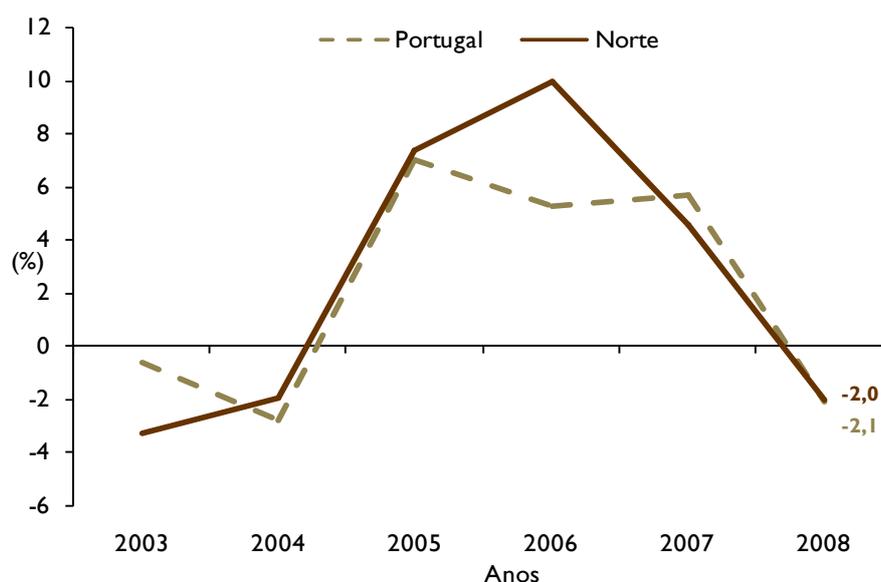


Figura 23 – Variação anual das dormidas nas unidades de alojamento turístico colectivo.

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

A variação assinalada das dormidas nas unidades de alojamento turístico colectivo resulta, essencialmente, das variações registadas na hotelaria, uma vez que se trata, da tipologia mais utilizada pela maior parte dos turistas. Relativamente aos proveitos nos estabelecimentos hoteleiros, a sua evolução foi um pouco irregular, combinando períodos de crescimento com períodos de recessão, mas, nos anos seguintes a 2005, o seu crescimento foi positivo e superior à média nacional.

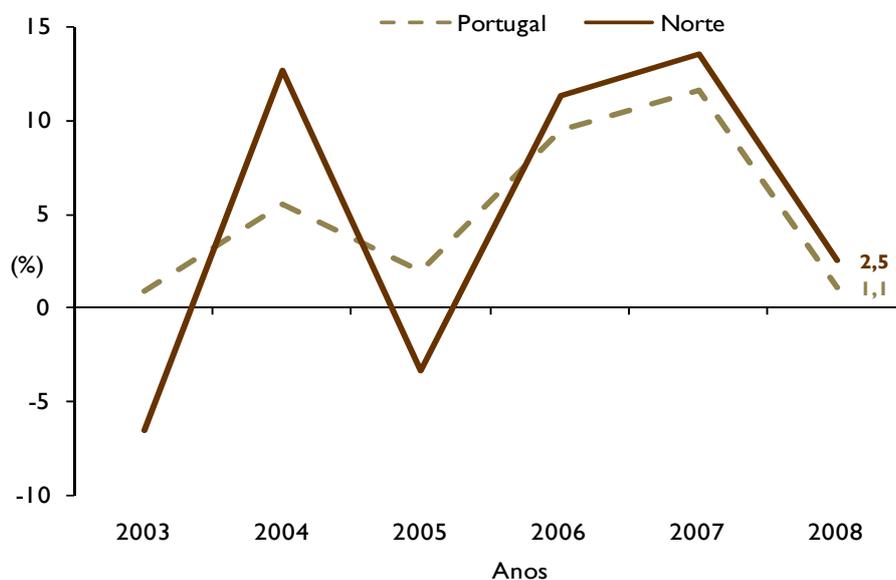


Figura 24 – Variação anual dos proveitos nos estabelecimentos hoteleiros

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

Numa análise mais detalhada à recente evolução da procura dirigida aos estabelecimentos hoteleiros da Região do Norte, verifica-se que, em 2008 ocorreram crescimentos bastante inferiores aos que haviam sido observados em 2007³. O número de hóspedes cresceu 2,4% face ao ano anterior, enquanto o número de dormidas cresceu 1,2%. Os proveitos de aposento observaram crescimentos mais expressivos, de 4,8%.

Tendo em conta que a actividade do turismo na Região do Norte beneficiou, em 2006 e 2007, de indicadores de crescimento muito positivos, os resultados observados em 2008, apesar de marcarem uma desaceleração de crescimento face aos anos anteriores, não podem deixar de ser interpretados como a continuação de um bom desempenho do sector na Região do Norte, nomeadamente no que se refere à actividade hoteleira.

³ Deve notar-se, porém, que os valores disponíveis para 2008 não são ainda definitivos.

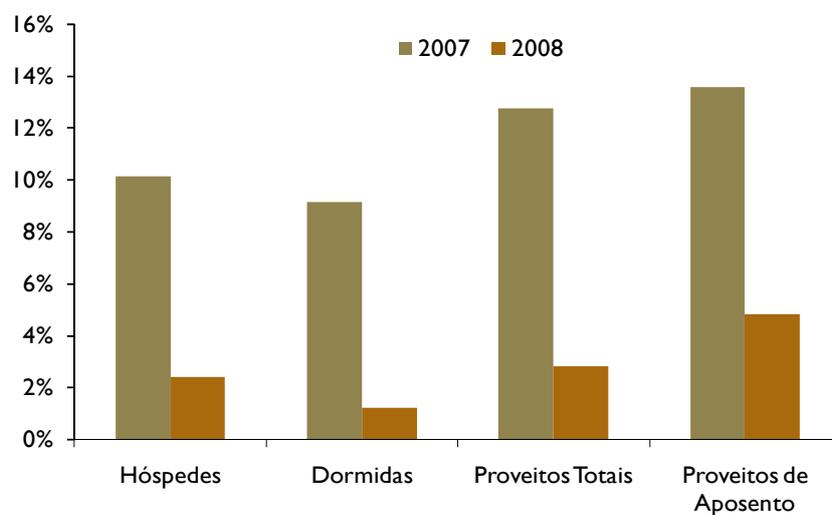


Figura 25 – Actividade hoteleira na Região do Norte (Variação % anual)
Fonte: Turismo, INE.

5. Especialização Produtiva Regional



5 – ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL

No que se refere à evolução da especialização produtiva regional, o dado mais relevante da última década tem sido a progressiva perda de importância relativa da indústria transformadora, compensada por uma terciarização crescente. Desde 2001, os serviços empregam maior número de pessoas, na Região do Norte, do que o sector secundário.

A intensificação da globalização e a conseqüente concorrência internacional que daí resulta, tem vindo a gerar esta nova reorganização no aparelho produtivo regional, eliminando da cena competitiva, as empresas industriais que focalizaram a sua estratégia na produção de bens de baixo valor acrescentado e intensivas em trabalho indiferenciado, sobrevivendo aquelas que incorporaram novos processos produtivos, que desenvolveram novos produtos com sucesso comercial, ou que simplesmente melhoraram os já existentes. Contudo, este processo de ajustamento, ainda não se reflectiu, em termos relativos, no crescimento sustentado do emprego e do valor acrescentado do sector secundário. Pelo contrário, o saldo entre o deve e o haver ainda é negativo, e a redução, em termos relativos, do emprego e do VAB na indústria transformada é um facto evidente.

A Região do Norte mantém, no entanto, uma forte vocação industrial. As indústrias transformadoras geravam, em 2008, cerca de 21,0% do VAB regional. Em termos de população empregada, a importância relativa das transformadoras cifrava-se em 25,5% em 2008. Outro ramo em destaque na especialização produtiva regional é o Comércio⁴, o qual representava 13,5% do VAB regional em 2008 e 15,1% da população empregada, em 2008. O ramo dos serviços às empresas⁵ respondia em 2008 por cerca de 13,6% do VAB regional, tendo uma expressão bem menor no que se refere à estrutura do emprego regional. Ao contrário, a agricultura, silvicultura e pesca é um ramo com expressão bem maior no emprego (12,1%), do que no VAB regional. A construção é outro ramo em destaque, com 11,0% do emprego e com 7.8% do VAB.

⁴ Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos.

⁵ Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.



Figura 26 – Estrutura (%) do VAB da Região do Norte, por ramos de actividade

Fonte: Contas Regionais, INE



Figura 27 – Estrutura do Emprego da Região do Norte por ramos de actividade

Fonte: Estatísticas do Emprego, INE.

Em 2008, o conjunto dos serviços respondia por 50,4% do emprego regional total (contra 42,7% em 2000), enquanto a importância relativa do sector secundário⁶ ascendia a 37,4% do total (contra 45,0% em 2000). Se pela negativa, o peso crescente dos serviços, maioritariamente não transaccionáveis, pode indiciar uma menor elasticidade do crescimento económico da região a choques positivos na procura externa, pela positiva, tem-se destacado o crescimento de alguns serviços no sector terciário que, pelas suas características intrínsecas, promovem a competitividade das empresas e a produção de Capital Humano. São os casos dos serviços de apoio às empresas (tipicamente diferenciados), os serviços de educação e serviços de saúde. De facto, o peso relativo do emprego destes 3 serviços cresceu de cerca 12% para 17% do total do emprego durante o período de 2000 até 2008.

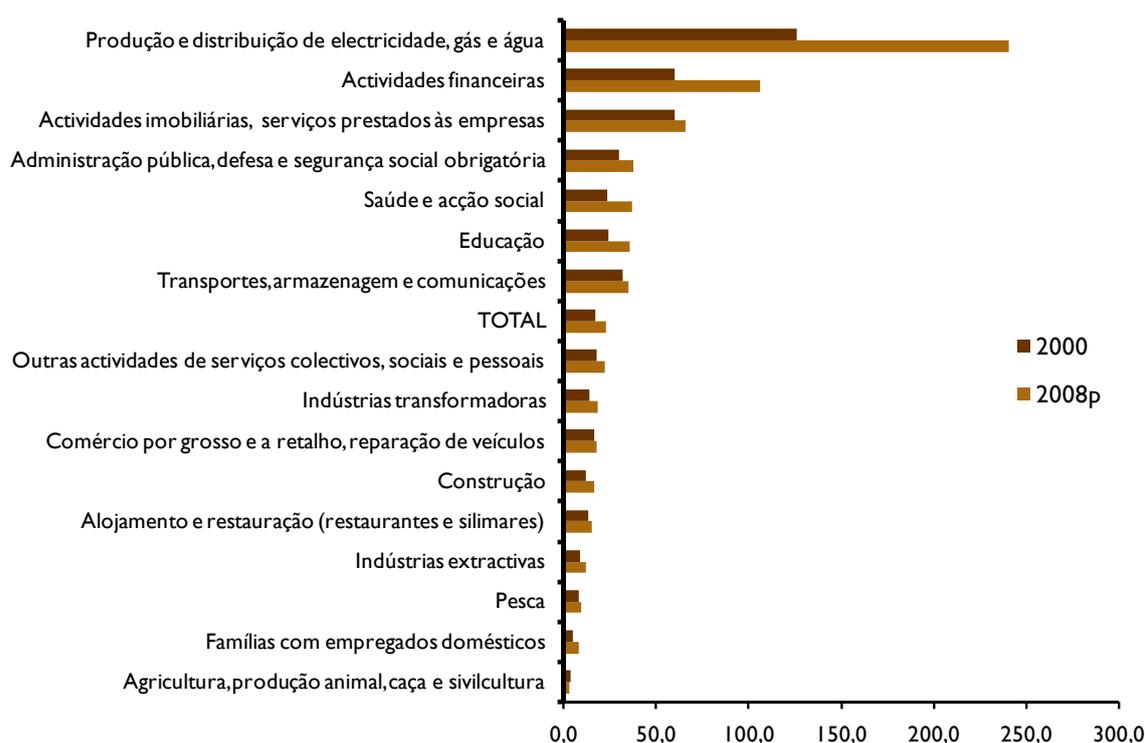


Figura 28 – Produtividade (VAB/Emprego) dos ramos de actividade em 2000 e 2008 (Valores em milhares de Euros).

Fonte: Contas Regionais, INE.

⁶ Incluindo indústria, construção, e produção e distribuição de energia e água.

O comércio internacional de mercadorias proporciona outra chave de leitura da especialização produtiva regional.

Avaliando apenas a participação da Região do Norte no comércio intracomunitário, em 2008, destacam-se as exportações de têxteis⁷ (com 22,2% do total), de máquinas e material eléctrico⁸ (13,1%), de material de transporte (9,9%) e de calçado⁹ (9,7%). Em relação ao ano de 2007, destaca-se sobretudo a perda de importância relativa das exportações de têxteis (menos 2 pontos percentuais) e de máquinas e material eléctrico (menos 0,9 pontos percentuais), a par do ganho de representatividade do material de transporte (mais 1,3 pontos percentuais) e dos combustíveis minerais (de 1,9%, para 3,2% do total).

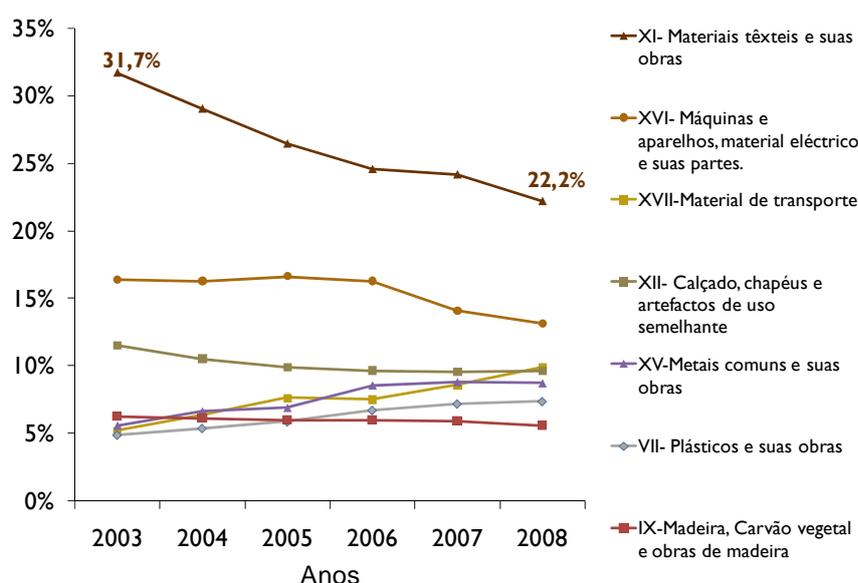


Figura 29 – Estrutura (%) das exportações da Região do Norte para a União Europeia (por secções da Nomenclatura Combinada)

Fonte: Comércio Internacional, INE

Alguns dos produtos em destaque na estrutura das exportações da Região do Norte para a União Europeia sobressaem igualmente no que se refere às importações, evidenciando a importância do comércio intra-ramo. É, sobretudo, o caso das máquinas

⁷ Matérias têxteis e suas obras.

⁸ Máquinas e aparelhos, material eléctrico e suas partes.

⁹ Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante.

e material eléctrico (26,2% do total importado da União Europeia com destino à Região do Norte em 2008) e dos têxteis (com 8,8% do total, abaixo dos 9,9% de 2007).

Na estrutura das importações da União Europeia para a Região do Norte destacam-se ainda os metais comuns e suas obras, com 14,2% do total (que compara com 13,3% em 2007)

Entre 2004 e 2006, as exportações das empresas com sede na Região do Norte aumentaram rapidamente a incorporação de tecnologia. A proporção de bens considerados como sendo de alta tecnologia, face ao total das exportações regionais, passou de 8,7% em 2004, para 13,5% em 2006. Nos dois anos seguintes, essa proporção contraiu-se, sendo de 11,1% em 2008. Apesar disso, a incidência relativa das exportações de bens de alta tecnologia manteve-se, no Norte, claramente acima da média nacional, pois em 2008 apenas 6,4% das exportações nacionais eram constituídas por bens classificados como sendo de alta tecnologia.

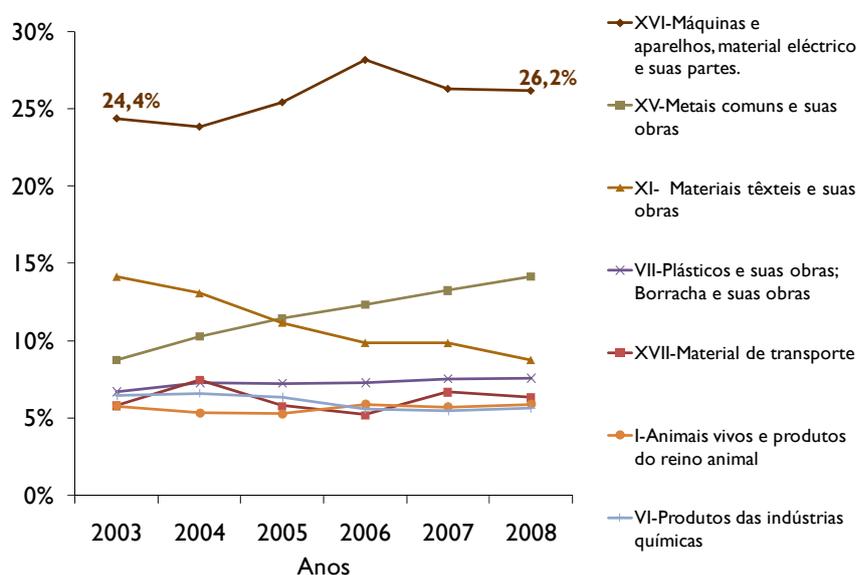


Figura 30 – Estrutura (%) das importações para a Região do Norte, da União Europeia (por seções da Nomenclatura Combinada)

Fonte: Comércio Internacional, INE

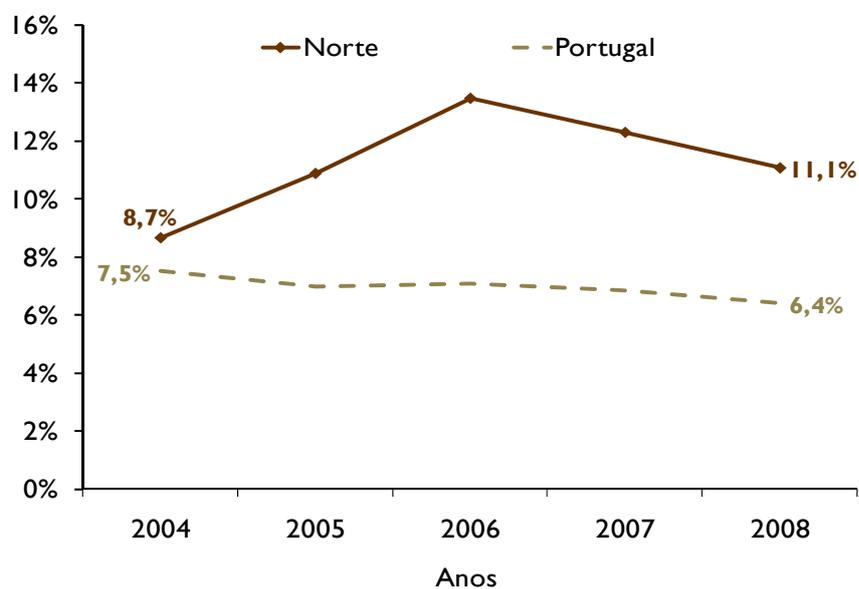


Figura 31 – Proporção de bens de alta tecnologia no total das exportações
Fonte: Comércio Internacional, INE

6. Mercado de Trabalho



6- MERCADO DE TRABALHO

O emprego na Região do Norte observou em 2008 uma tendência dual, com crescimentos significativos na primeira metade do ano, sucedidos por variações negativas no segundo semestre. Em termos médios anuais, o crescimento do emprego regional cifrou-se em 0,6%, sendo este o crescimento mais expressivo dos últimos sete anos. O crescimento do emprego regional em 2008, superou em apenas uma décima de ponto percentual o resultado observado a nível nacional. Por outro lado, aquele crescimento do emprego no Norte do país foi inteiramente suportado pelo emprego feminino (com uma variação de 2,0% face a 2007), ao passo que o emprego masculino diminuiu 0,6% face a 2007.

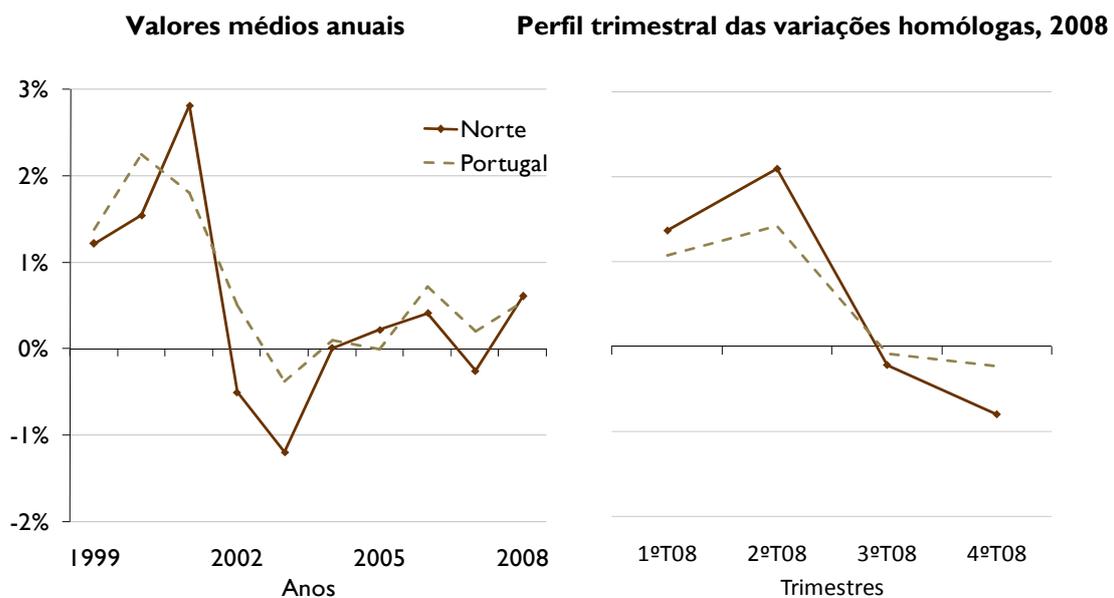


Figura 32 – Taxas de crescimento da população empregada

Fonte: Estatísticas do emprego, INE

Em termos de taxa de emprego (população empregada dos 15 aos 64 anos, em percentagem do número de residentes do mesmo grupo etário), o ano de 2008 permitiu um pequeno ganho (atingindo 66,3%), mas mantendo a Região do Norte em níveis distantes, quer da média nacional, quer dos valores observados antes do período recessivo de 2002/2003. Aliás, é notório que, após 2003, a taxa de emprego da Região do Norte se tem mantido em níveis distantes dos 69% alcançados em 2001. A nível nacional, o valor de taxa de emprego registado em 2008 (68,2%) encontra-se bastante

mais próximo do patamar atingido em 2001 (68,9%). A conclusão é óbvia: os efeitos de destruição de emprego induzidos pela recessão de 2003 foram mais fortes e mais duradouros na Região do Norte, do que na média nacional.

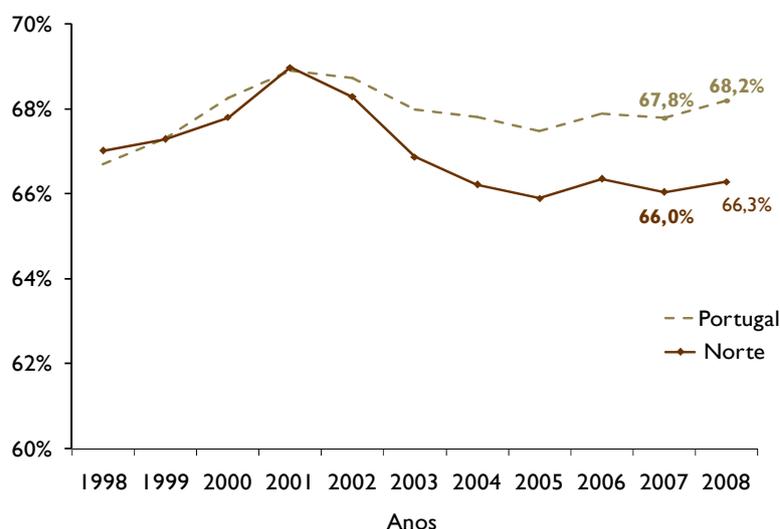
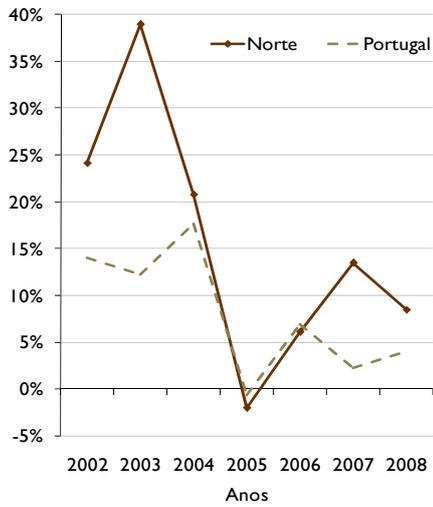


Figura 33 – Taxas de emprego (15-64 anos)

Fonte: Estatísticas do emprego, INE

Vale a pena referir a questão do subemprego visível, expressão que designa o total de indivíduos que, estando empregados, trabalham menos horas do que o normal do seu posto de trabalho e, além disso, declaram pretender trabalhar mais horas. Após ter registado crescimentos importantes, na Região do Norte, em 2006 e 2007 (na ordem de 6,1% e 13,5%, respectivamente), o subemprego voltou, em 2008, a crescer (8,5%). Trata-se, portanto, de uma tendência sustentada no tempo, que nos dois últimos anos se fez sentir de forma bastante mais acentuada na Região do Norte do que na média nacional.

Variação % dos valores médios anuais



Em per milagem da população empregada

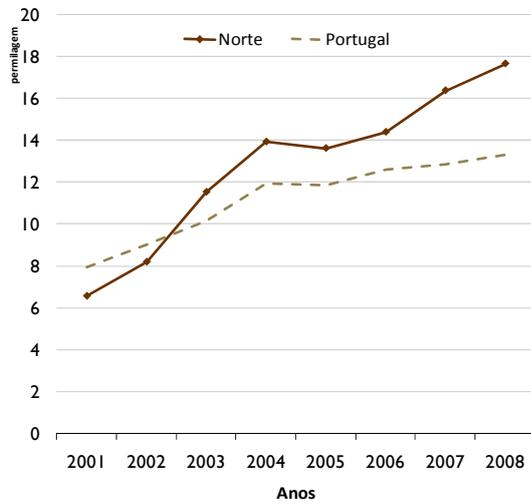
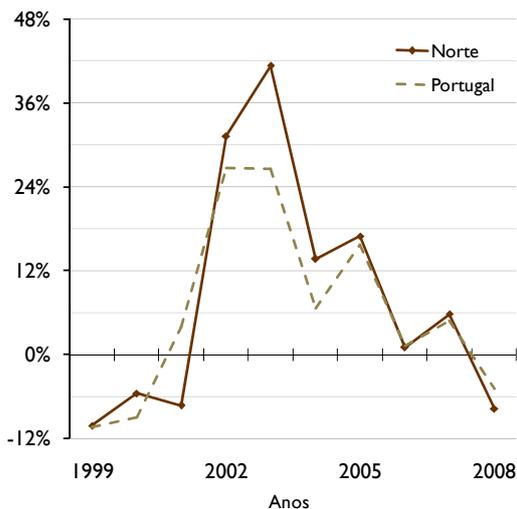


Figura 34 – Subemprego visível

Fonte: Estatísticas do emprego, INE

A proporção de activos empregados na Região do Norte em situação de subemprego, sendo embora pouco expressiva, denota um crescimento seguro: em 2001, em cada 1000 activos empregados, existiam, na Região do Norte, cerca de 7 em situação de subemprego; em 2008, a proporção era já de 18 em cada mil, aproximadamente.

Valores médios anuais



Perfil trimestral das variações homólogas, 2008

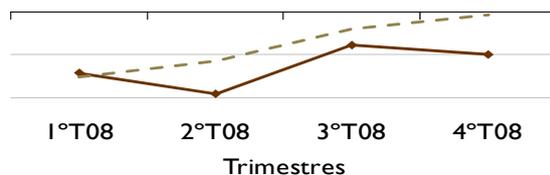


Figura 35 – Taxas de crescimento da população desempregada

Fonte: Estatísticas do emprego, INE

Pela primeira vez nos últimos sete anos, na Região do Norte, a população desempregada (média anual) diminuiu, em 2008, face ao ano anterior (-7,7%).

A taxa de desemprego média anual registada em 2008, na Região do Norte, foi de 8,7%, valor que contrasta favoravelmente com os 9,4% do ano anterior. O nível relativo de desemprego na Região manteve-se, porém, claramente acima da média nacional, que em 2008 foi de 7,6%.

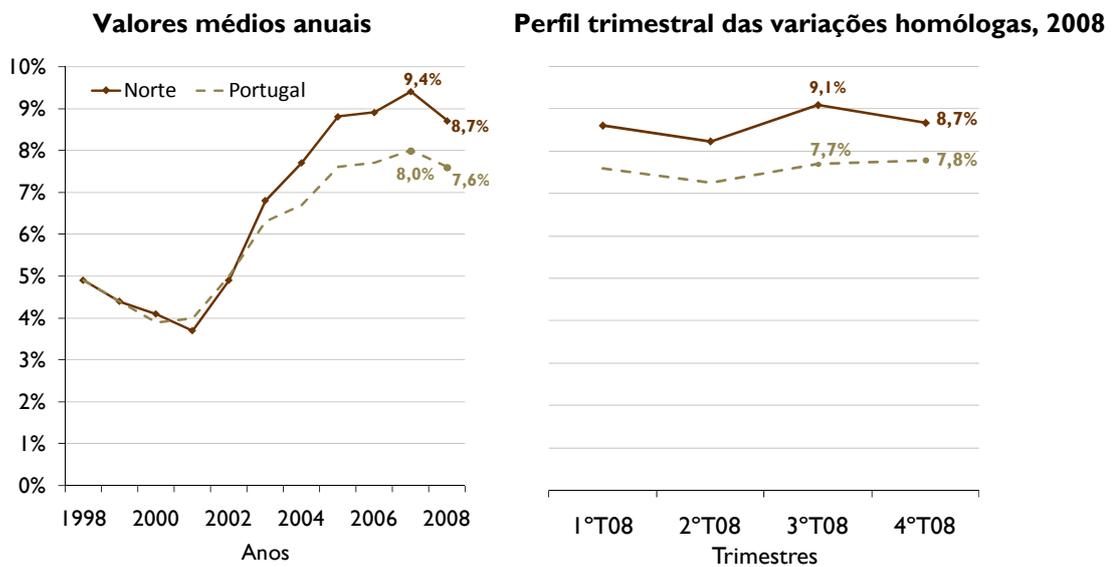


Figura 36 – Taxas de desemprego
Fonte: Estatísticas do emprego, INE

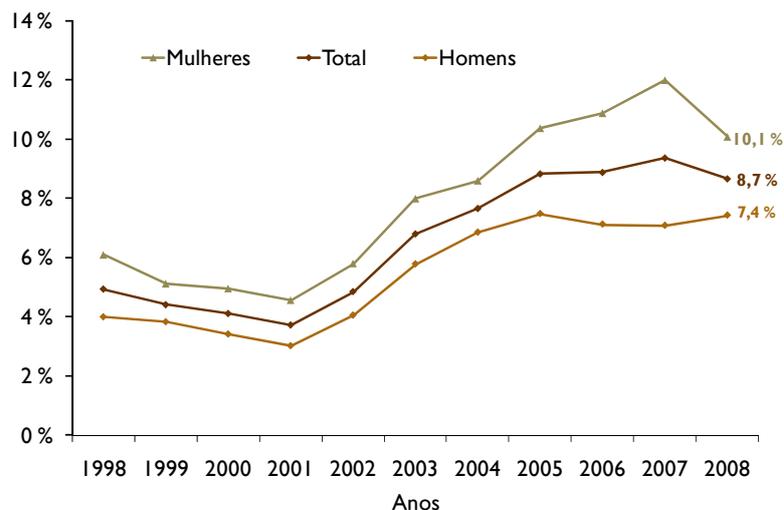


Figura 37 – Taxas de desemprego na Região do Norte, por género
Fonte: Estatísticas do emprego, INE

A queda da taxa de desemprego na Região do Norte, em 2008, beneficiou em exclusivo da descida da taxa feminina de desemprego, a qual caiu de 12,0% em 2007, para 10,1% em 2008, ao passo que a taxa masculina de desemprego subiu ligeiramente, de 7,1% para 7,4%.

Os níveis salariais médios dos trabalhadores por conta de outrem, na Região do Norte, mantiveram-se, em 2008, inferiores à média nacional (cerca de menos 8%), em particular no sector primário (menos 17% que na média nacional), no comércio (menos 9%) e nas indústrias transformadoras (também menos 9% que a nível médio nacional). Pelo contrário, em sectores como a construção (mais 2%) e a saúde (mais 1%), os salários médios pagos na Região do Norte foram ligeiramente superiores à média nacional.

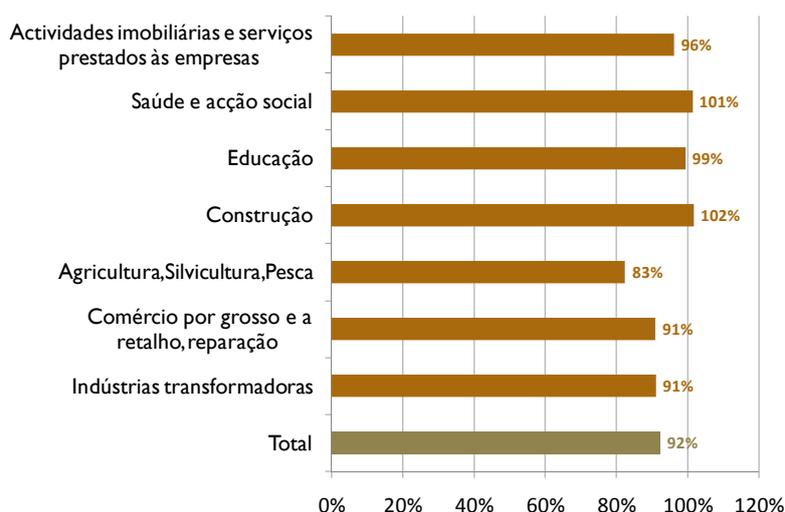


Figura 38 – Rendimento salarial médio mensal líquido dos Trabalhadores por Conta de Outrem (Norte face à média nacional, Portugal = 100%)

Fonte: Estatísticas do emprego, INE

A mão-de-obra da Região do Norte apresenta, ao longo dos anos, níveis de escolaridade crescentes. Apesar disso, em 2008, mais de metade (55,6%) da população activa da Região do Norte não possuía sequer a actual escolaridade obrigatória, ao mesmo tempo que apenas 12,8% possuíam uma habilitação de nível superior. Ao mesmo tempo, os indicadores de abandono escolar continuam a exibir uma evolução claramente positiva, embora mantendo, na Região do Norte, níveis mais desfavoráveis do que na média nacional.

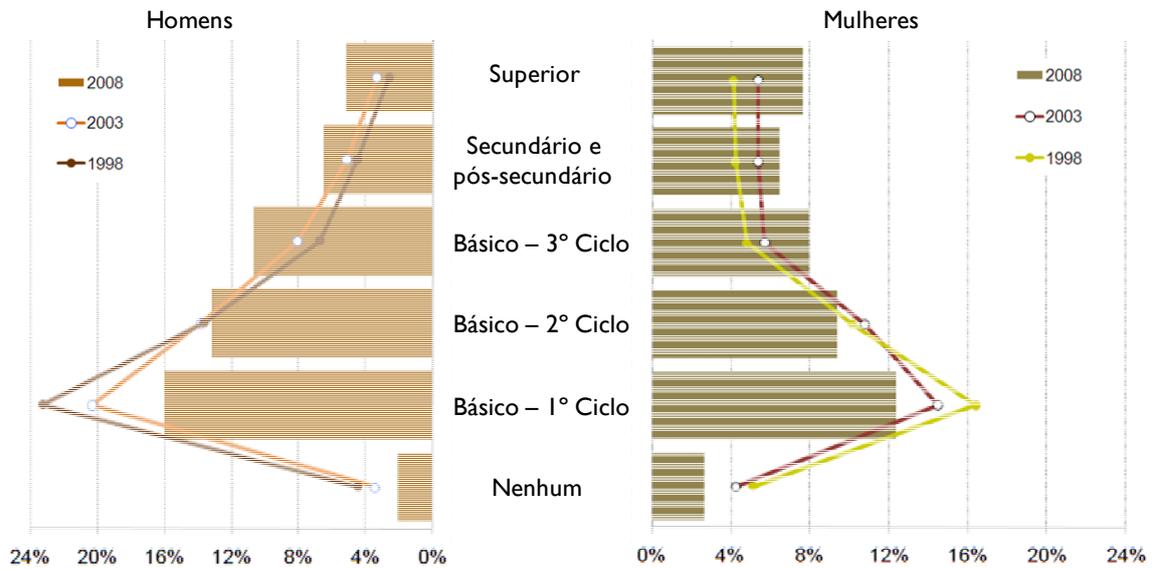


Figura 39 – Estrutura da população activa da Região do Norte, por nível de escolaridade completo, segundo o género
 Fonte: Estatísticas do emprego, INE

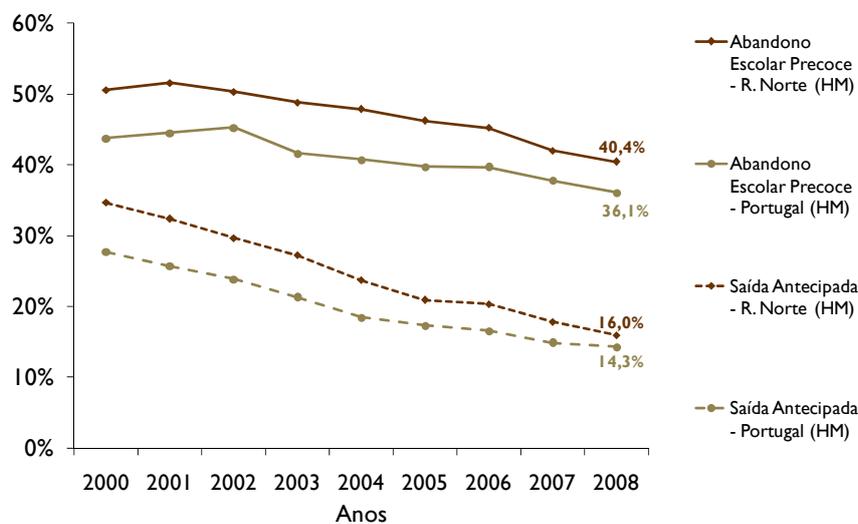


Figura 40 – Indicadores de abandono escolar: Região Norte e Portugal (ambos os sexos)
 Fonte: Estatísticas do Emprego, INE

A taxa de abandono escolar precoce (proporção de indivíduos dos 18 aos 24 anos que não estudam e não concluíram o ensino secundário) cifrou-se, em 2008, em cerca de 40,4% na Região do Norte, valor que compara com 42,0% em 2007 e com 50,4% em 2002. Por seu turno, a taxa de saída antecipada do ensino (proporção de indivíduos dos 18 aos 24 anos que não estudam e não concluíram o 3º ciclo do ensino básico) atingiu,

em 2008, 16,0% na Região do Norte, valor já muito próximo do observado a nível nacional (14,3%). Em ambos os indicadores, constata-se que, na Região do Norte, o abandono escolar (precoce ou na forma de saída antecipada) é particularmente frequente entre os jovens do sexo masculino.

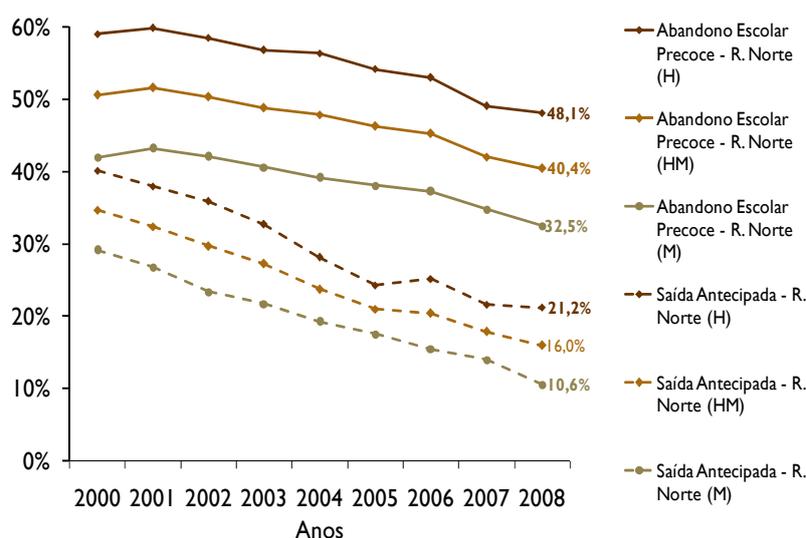


Figura 41 – Indicadores de abandono escolar na Região Norte, por género

Fonte: Estatísticas do Emprego, INE

A análise dos dados do Desemprego Registrado (número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego), permite conhecer a dimensão espacial do fenómeno do desemprego. Sem surpresa, constata-se que a distribuição territorial do desemprego registrado segue de perto a da população residente, com mais de metade (51,2%) dos desempregados inscritos no IEFP a residirem em apenas 10 concelhos, nomeadamente em redor do Porto (incluindo o Porto, Matosinhos, Maia, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira) e no polígono Braga-Guimarães-Santo Tirso-Vila Nova de Famalicão.

Não sendo viável o cálculo de taxas de desemprego para territórios inferiores à NUTS II Norte (por inexistência de estimativas actualizadas da população activa para essas escalas territoriais), procedeu-se ao cálculo do peso relativo do Desemprego Registrado¹⁰, face ao total da população residente dos 15 aos 64 anos. Importa frisar que

¹⁰ Apurado por concelho de residência.

não se trata de nenhuma tentativa de aproximar o cálculo de taxas de desemprego, mas tão somente de procurar uma medida que, sem ter o significado de uma taxa de desemprego, permita ainda assim comparar, em termos relativos, a incidência do desemprego registado em diferentes territórios. Tomando por referência as unidades territoriais definidas no âmbito das estruturas de governação do QREN (conforme DL 68/2008, de 14 de Abril), constata-se que as maiores proporções de desempregados inscritos se observam no Grande Porto, no Ave, no Douro e no Tâmega. No extremo oposto, com menores proporções de residentes desempregados inscritos, surgem o Minho-Lima e o Entre Douro e Vouga.

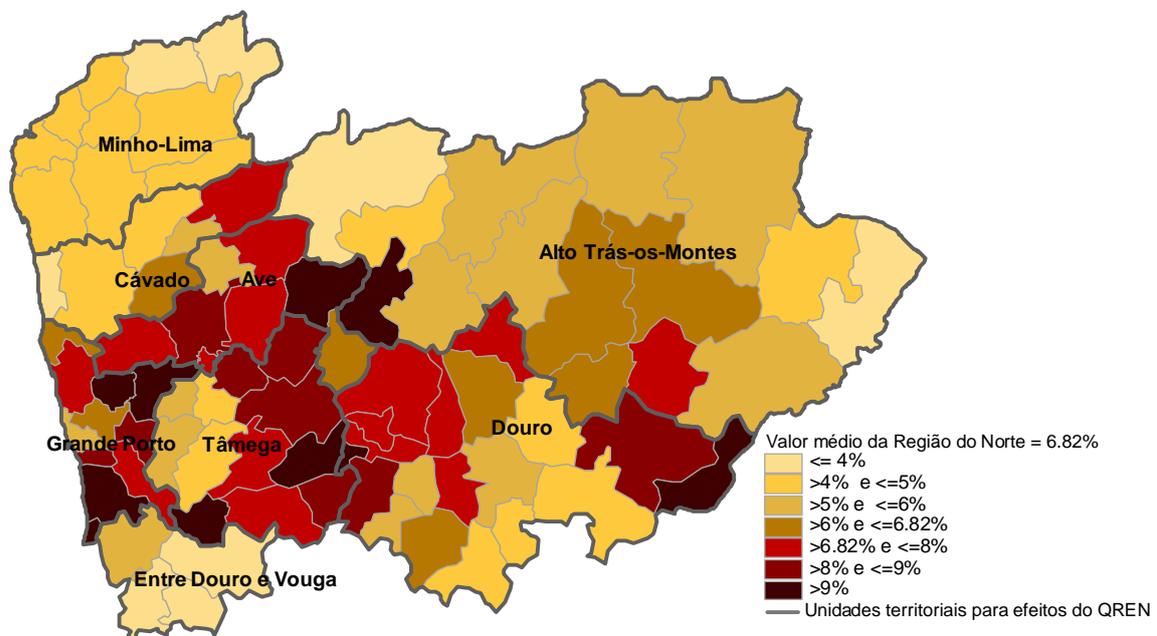


Figura 42 – Desemprego Registado em % da População Residente 15-64 anos (média anual 2008) – Unidades Territoriais para efeitos do QREN

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

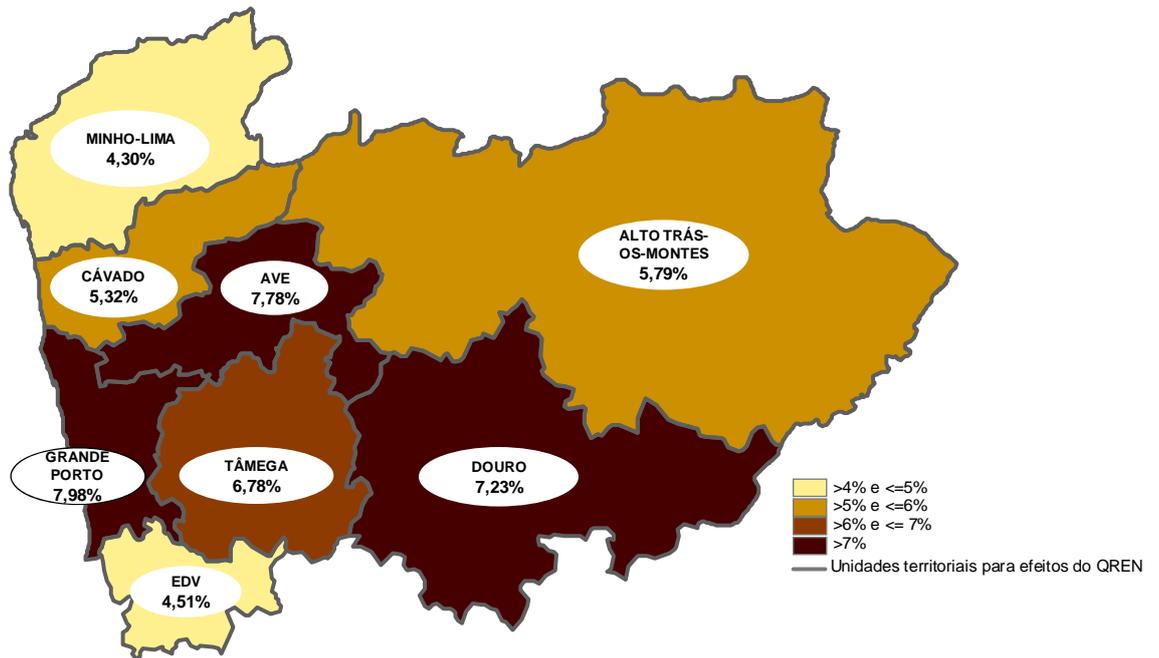


Figura 43 – Desemprego Registado em % da População Residente 15-64 anos (média anual 2008) – Unidades Territoriais para efeitos do QREN
 Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

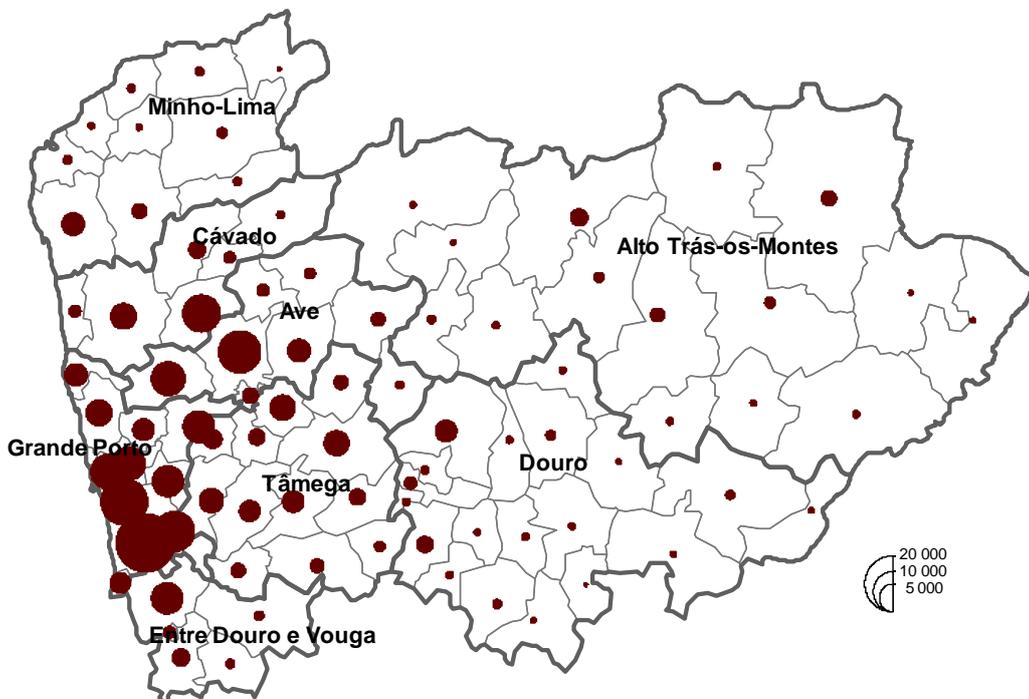


Figura 44 – Desemprego Registado média anual 2008 – Unidades Territoriais para efeitos do QREN
 Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

7. Impostos Municipais e IRS



7- IMPOSTOS MUNICIPAIS E IRS

Em relação aos impostos municipais¹¹, o montante total apurado na Região do Norte em 2008 foi inferior em cerca de 2,8% à cifra de 2007. Neste particular, o Tâmega e o Ave foram, na Região do Norte, as únicas unidades territoriais (definidas no âmbito do QREN) onde o montante de impostos municipais cresceu, em 2008 (+0,9% e +3,8%, respectivamente). Ao contrário, o Minho-Lima (-11,5%) e Alto Trás-os-Montes (-9,1%) sofreram, em 2008, reduções particularmente fortes dos montantes globais de impostos municipais.

Em 2007, o rendimento colectável declarado em sede de IRS pelos contribuintes da Região do Norte cresceu 6,2% face a 2006, enquanto a nível nacional cresceu apenas 4,8%. Por seu turno, o montante de IRS liquidado aos contribuintes do Norte do país cresceu, em 2007, cerca de 4,9% face a 2006, ao passo que a nível nacional o crescimento foi de 4,2%.

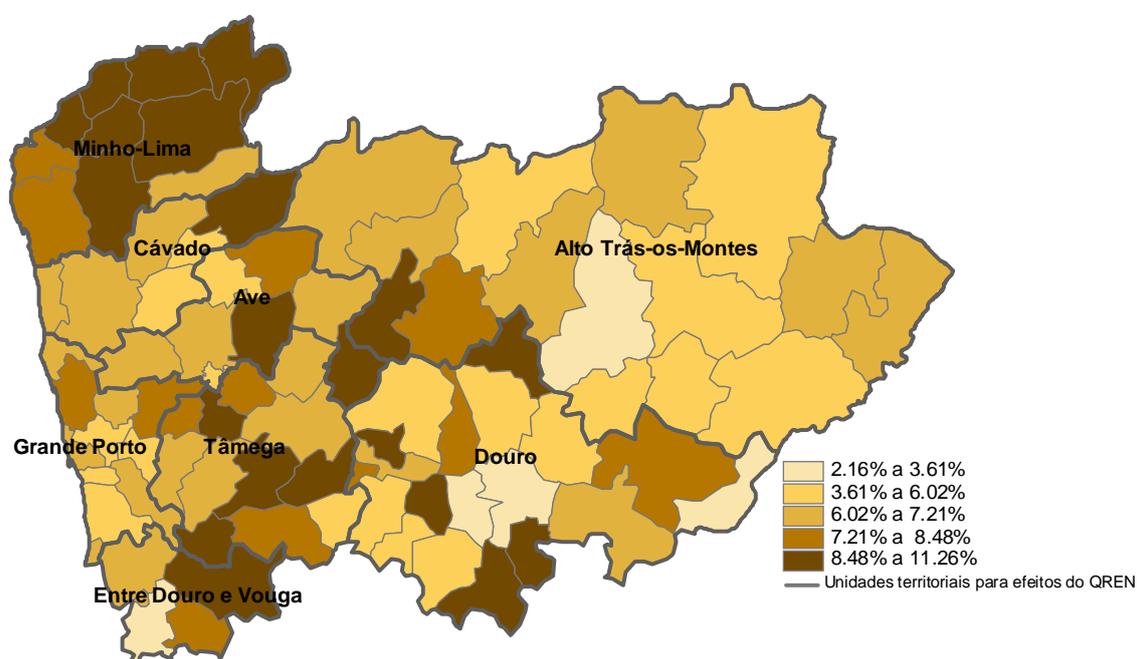


Figura 45 – Taxa de Variação anual Rendimento Colectável em sede de IRS 2007

Fonte: Ministério das Finanças, Direcção Geral dos Impostos

¹¹ Impostos directos, impostos indirectos e taxas específicas das autarquias locais.

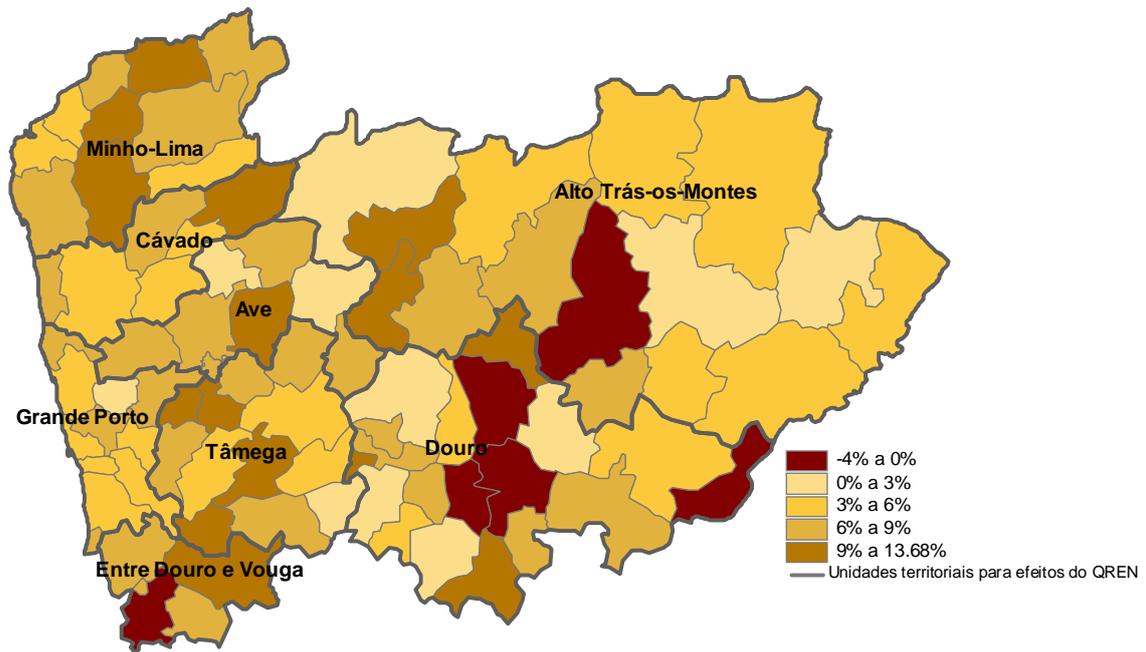


Figura 46 – Taxa de Variação anual IRS Líquido 2007
 Fonte: Ministério das Finanças, Direcção Geral dos Impostos

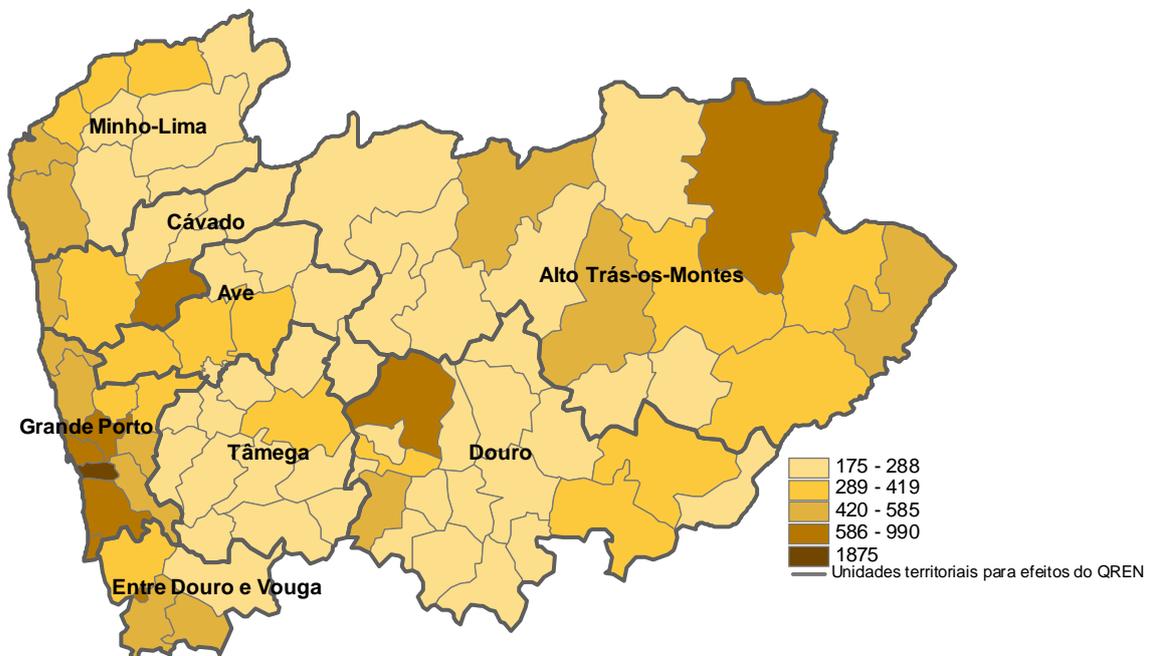


Figura 47 – IRS Líquido *per capita* 2007
 Fonte: Ministério das Finanças, Direcção Geral dos Impostos

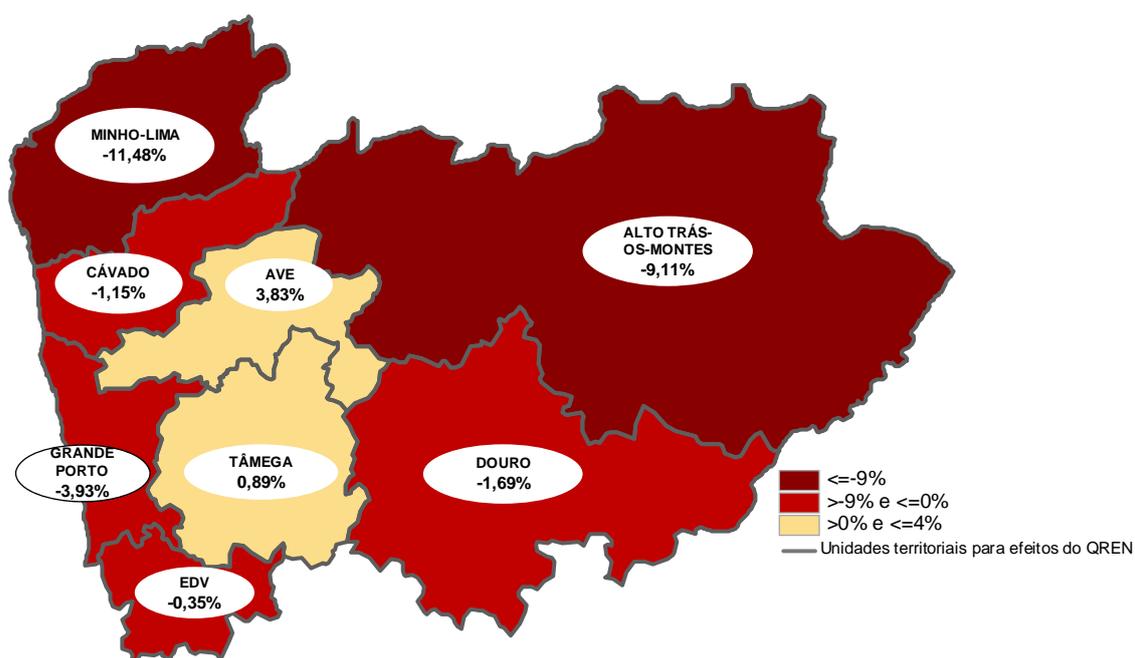


Figura 48 – Crescimento percentual das Receitas Fiscais dos Municípios de 2008 face ao ano anterior – Unidades Territoriais para efeitos do QREN

Fonte: Ministério das Finanças, Direcção Geral dos Impostos

8. Síntese conclusiva e prospectiva



8 – SÍNTESE CONCLUSIVA E PROSPECTIVA

Depois de termos analisado a informação mais relevante disponível para avaliar o desempenho da economia regional nos últimos anos, constata-se que após 4 anos sucessivos de crescimento económico positivo, o produto da economia terá decrescido, em termos reais, cerca de 0,1%, em 2008, resultado ligeiramente abaixo do crescimento nulo obtido na média nacional. Este recuo, revela-se, no entanto, numa conjuntura económica internacional bastante restritiva, e especialmente difícil numa região tradicionalmente vocacionada para potenciar o crescimento económico através das exportações. Assim o indicam os dados relativos à participação no comércio internacional, onde a Região do Norte continua a ser a principal exportadora, e por isso mais sensível, do que a média nacional, às flutuações na procura externa.

A convergência real entre as regiões medida através do PIB *per capita* é outra temática analisada no contexto sócio-económico. Em 2008, destaca-se pela positiva, a convergência real da Região do Norte com a média da União Europeia, segundo o PIB *per capita* corrigido pela paridade do poder de compra. Numa análise mais detalhada ao nível das sub-regiões que compõem a Região do Norte, destacamos também, que as assimetrias regionais têm vindo a decrescer nos últimos anos, no que diz respeito, pelo menos, ao PIB *per capita*.

A análise da especialização produtiva regional revelou que, a última década tem sido marcada por uma progressiva perda de importância relativa da indústria transformadora, no que diz respeito ao emprego e à produção, sendo compensada por uma terciarização crescente. O fenómeno de globalização parece indiciar uma fuga dos agentes económicos para actividades económicas menos sujeitas à concorrência internacional, como são o caso dos serviços, maioritariamente não transaccionáveis.

Como é óbvio, uma conjuntura desfavorável, como aquela que se iniciou em 2008 e se prolonga actualmente em 2009, condiciona a execução do ON.2. A retracção da actividade económica diminui a capacidade de gerar receita por parte da generalidade dos agentes económicos, sejam as famílias, sejam as empresas, sejam as administrações

públicas. Colocam-se, por essa via, entraves à capacidade de as entidades promotoras (ou potenciais entidades promotoras) realizarem investimento, nomeadamente na assunção das componentes não participadas.

Mas poderá a conjuntura económica influenciar também a execução do ON.2 de uma maneira mais directa? Nomeadamente, num cenário em que uma degradação da conjuntura se prolongue no tempo, será que o carácter do ON.2, enquanto instrumento destinado a apoiar transformações estruturais, se deve manter inalterado? Como conciliar, por um lado, uma estratégia de desenvolvimento de médio prazo, apostando na melhoria da produtividade regional como forma de impulsionar quer o rendimento, quer o emprego, com, por outro lado, a urgência de atalhar a situações que do ponto de vista da coesão social, se podem mostrar insustentáveis? Que tipo de investimento privado importa apoiar, num momento em que, em muitos sectores de actividade, grande parte das empresas se depara com um excesso de capacidade instalada? E qual o papel do investimento público, nomeadamente face aos objectivos de coesão social e territorial, sem esquecer o aspecto decisivo da promoção da competitividade?

Estas são apenas algumas das questões que, à luz da actual conjuntura económica, porventura importaria re-equacionar no âmbito do QREN e, especificamente, do ON.2. Das respostas que forem dadas – e não apenas da evolução da conjuntura económica – dependerá, em grande medida, a execução do ON.2 nos próximos exercícios.

9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lopes, P.; Figueiredo, P.; Gomes, J. (2009) – Turismo na Região do Norte de Portugal. Porto: CCDR-N.

Instituto Nacional de Estatística (2009). “Evolução Económica Desigual das Regiões”, Destaque 16 de Dezembro de 2009 (Contas Regionais) < URL:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_bo ui=68863400&DESTAQUESmodo=2



Observatório

DAS DINÂMICAS REGIONAIS DO NORTE